ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Coronel Aviador MÁRLIO CONCIDERA **ESTEBANEZ**

O acordo de paz entre governo colombiano e FARC e as ações de segurança e defesa do Exército Brasileiro

Rio de Janeiro

2019

Coronel Aviador MÁRLIO CONCIDERA **ESTEBANEZ**

O acordo de paz entre governo colombiano e FARC e as ações de segurança e defesa do Exército Brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Coronel de Artilharia José Lucas de Silva

Rio de Janeiro

2019

E79a Estebanez, Márlio Concidera

O acordo de paz entre governo colombiano e FARC e as ações de segurança e defesa do Exército Brasileiro. / Márlio Concidera Estebanez. ─ 2019.

83 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: José Lucas de Silva

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército)─ Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

Bibliografia: f. 66-69

1. ACORDO DE PAZ. 2. COLÔMBIA. 3. FARC. 4. EXÉRCITO BRASILEIRO - SEGURANÇA I. Título.

CDD 355.409861

Coronel Aviador MÁRLIO CONCIDERA **ESTEBANEZ**

O acordo de paz entre governo colombiano e FARC e as ações de segurança e defesa do Exército Brasileiro

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em _____ de _____ de 2019.

COMISSÃO AVALIADORA

_____
JOSÉ LUCAS DE SILVA Cel Art R/1 – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____
JOSÉ HELENO ZANGALI VARGAS Cel R/1 – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

_____
CANDIDO CRISTINO LUQUEZ MARQUES FILHO Cel Art R/1 – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Agradeço a Deus, a minha amada família, ao Exército Brasileiro e à Força Aérea. Ao Senhor Coronel de Artilharia Lucas e ao Professor Doutor Tassio o meu mais profundo reconhecimento pela orientação precisa e pela camaradagem.

RESUMO

A pesquisa investigou de que forma a celebração do acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC impactam as ações de segurança e de defesa do Exército Brasileiro, no estado do Amazonas, por meio do *process tracing* e à luz dos padrões em conflitos de insurgência, em caso específico. A investigação abarcou pesquisas bibliográfica e documental e coleta de dados. Essas pesquisas tinham por foco os dados históricos relativos às FARC, aos grupos armados ilegais, à política, à Colômbia e seus problemas relacionados à violência, e ao Exército Brasileiro; abarcaram também os referenciais teóricos. A coleta trouxe dados até então indisponíveis, os quais concorreram para a formulação de juízo de valor e robusteceram as argumentações em torno das análises. Por fim, procederam-se às confrontações dos dados e realizaram-se considerações e análise dos resultados. Ficou evidente que o acordo de paz não mudou o estado das coisas e que as FARC, ao contrário do que se imaginava, não foram extintas. Nessa direção, a conjuntura ficou mais complexa, com mais atores envolvidos, fruto dos dissidentes do acordo de paz, os quais são numerosos e mobiliam as próprias FARC e outros grupos armados ilegais. E esses atores, apesar de menos fortes, perpetram uma violência difusa, consequência da liberdade de que gozam, bem diferente da disciplina imposta antes do acordo. Também, observou-se a presença dos “motores” das FARC: violência, ideologia marxista-leninista e narconegócio, que sustentaram e vão continuar suportando sua operação por muitos outros anos. Essas práticas ilícitas também deverão continuar transbordando para o território brasileiro, sobre o qual, na faixa de fronteira, tem o Exército como um dos responsáveis pelas ações de segurança e defesa. E é dessa maneira que o acordo de paz, como pano de fundo, impacta na relação das FARC com o Exército Brasileiro, considerando que suas ações se interceptam, quando da prática de crimes transfronteiriços e quando do cumprimento de suas missões constitucional e institucional, respectivamente.

Palavras-chave: FARC, Acordo de Paz, Exército Brasileiro, Crimes Transfronteiriços.

ABSTRACT

The research investigated how the conclusion of the peace agreement between the Colombian government and the FARC impacts the security and defense actions of the Brazilian Army in the state of Amazonas through process tracing and in light of the patterns in insurgency conflicts, in a specific case. The investigation included bibliographic and documentary research and data collection. These surveys focused on historical data on the FARC, illegal armed groups, politics, Colombia and its problems related to violence, and the Brazilian Army; also embraced the theoretical frameworks. Data collection brought data previously unavailable, which contributed to the formulation of value judgment and strengthened the arguments around the analysis. Finally, the data were compared and the results were analyzed. These showed that the peace agreement did not change the state of affairs and that the FARC, contrary to what was supposed, was not extinguished. In this direction, the conjuncture became more complex, with more actors involved, resulting from the dissidents of the peace agreement, which are numerous and work for the FARC and for other illegal armed groups. And although these actors are less strong, they perpetrate widespread violence as a result of their freedom, quite different from the discipline imposed before the agreement. Also, the presence of the FARC “motors” was observed: violence, Marxist-Leninist ideology and narco-business, which sustained and will continue to support its operation for many other years. These illicit practices should also continue to spill over into Brazilian territory, over which, in the border strip, has the Army as one of those responsible for security and defense actions. And this is how the peace agreement, as a background, impacts the relationship of the FARC with the Brazilian Army, considering that their actions are intercepted, when committing cross-border crimes, by the former, and when fulfilling their missions, constitutional and institutional, by the Brazilian Army.

Key words: FARC, Peace Agreement, Brazilian Army, Transfrontier Crimes.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exemplo de mapeamento de processos por meio de *Process Tracing*....14

Figura 2 – Tamanho dos ataques *versus* número de ataques.....15

Figura 3 – Gráficos Log: A dimensão dos eventos.....16

Figura 4 – Probabilidade de um ataque ter “X” mortes.....17

Figura 5 – O alfa estrutural de um grupo insurgente.....17

Figura 6 – Rastreando alfa através do tempo no Iraque.....19

Figura 7 – Modelo de tabela – Dados do CMA.....21

Figura 8 – Modelo de tabela – Dados da SSP-AM.....21

Figura 9 – Dissidências das FARC por região de influência e ações atribuídas.....77

Figura 10 – Potenciais dissidências das FARC e suas áreas de influência.....79

Figura 11 – Porcentagem de ações confirmadas atribuídas às dissidências na Colômbia (por departamento) e Equador – 10/06/2016 a 27/03/2018.....80

Figura 12 – Ações confirmadas atribuídas às dissidências na Colômbia (por departamento e município) e Equador – 10/06/2016 a 27/03/2018.....80

Figura 13 – Responsáveis por assassinatos.....81

Figura 14 – Tipologia da violência e da criminalização.....81

Figura 15 – Posição dos dissidentes em 2017 e posições anteriores das FARC.....82

Figura 16 – Estruturação do CMA para o cumprimento de sua missão institucional.83

Figura 17 – Distribuição das organizações operativas do CMA no Amazonas.....70

Figura 18 – Localidades onde houve apreensão de drogas em 2015.....71

Figura 19 – Localidades onde houve apreensão de drogas em 2016.....72

Figura 20 – Localidades onde houve apreensão de drogas em 2017.....72

Figura 21 – Localidades onde houve apreensão de drogas em 2018.....73

Figura 22 – Localidades onde houve apreensão de drogas em 2019.....73

Figura 23 – Apreensão de armas e munições 2015 a 2019 em Manaus.....74

Figura 24 – Apreensão de drogas entre 2017 e 2019 em Manaus.....74

Figura 25 – Apreensão de armas e munições 2015 a 2019 no interior do estado do Amazonas.....75

Figura 26 – Apreensão de drogas entre 2015 e 2019 no interior do estado do Amazonas.....75

Figura 27 – Matriz do *Process Tracing*: As FARC e o acordo de paz.....76

SUMÁRIO

1 **INTRODUÇÃO**.....11
2 **REFERENCIAL TEÓRICO**.....12
2.1 *PROCESS TRACING*.....12
2.2 PADRÕES EM CONFLITOS DE INSURGÊNCIA.....14
3 **METODOLOGIA**.....20
4 **A PESQUISA**.....24
4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....24
4.1.1 **As FARC e o acordo de paz**.....24
4.1.2 **O Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental**.....46
4.1.2.1 Missão institucional e Estruturação.....47
4.1.2.2 Posição no terreno.....49
4.1.2.3 Dados de coleta – ilícitos catalogados pela SSP – AM.....50
4.2 RESULTADOS DE PESQUISA.....51
4.2.1 **As FARC e o acordo de paz**.....51
4.2.1.1 *Process Tracing* – matriz e análises decorrentes.....51
4.2.1.2 Padrões em Conflitos de Insurgência.....61
4.2.2 **O Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental**.....62
5 **CONCLUSÃO**.....64
REFERÊNCIAS.....66
Apêndice A – ORGANIZAÇÕES OPERATIVAS DO CMA NO AMAZONAS.....70
Apêndice B – LOCALIDADES E APREENSÃO DE DROGAS.....71
Apêndice C – DADOS DA SSP-AM SOBRE DROGAS, ARMAS E MUNIÇÕES...74
Apêndice D – MATRIZ DO *PROCESS TRACING*.....76
Anexo A – DISSIDÊNCIAS DAS FARC.....77
Anexo B – VIOLÊNCIA E CRIMINALIZAÇÃO.....81
Anexo C – POSIÇÃO DOS DISSIDENTES EM 2017 E POSIÇÕES ANTERIORES DAS FARC.....82
Anexo D – ESTRUTURAÇÃO DO CMA.....83

1 INTRODUÇÃO

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Exército de Libertação Nacional (ELN) fazem parte dos movimentos revolucionários colombianos, iniciados na década de 1960, com o objetivo de estabelecer um regime comunista, por meio da “luta armada”. O primeiro, de raiz marxista-leninista, e o segundo inspirado na revolução cubana.

A atividade desses grupos oscilou entre momentos de intensa operação e tentativas de estabelecer a paz. Em 1982, ocorreram os primeiros diálogos entre as FARC e o governo Belisario Betancur, que resultaram, em 1984, nos *Acuerdos de la Uribe*. Em 1985, as FARC entrariam na política. O sucesso fora efêmero, pois, já em 1987, houve o recrudescimento da violência perpetrada pelos guerrilheiros.

No final da década de 1980, início da de 1990, foi o momento de grande crescimento da guerrilha, que passou a controlar os territórios produtores de drogas ilícitas, bem como intensificar as extorsões e os sequestros. Dada a incapacidade de o governo lidar com o problema e devido aos impactos sentidos além de suas fronteiras, entrou em vigor, em 2000, o Plano Colômbia, tendo os Estados Unidos da América investido bilhões de dólares.

Recentemente, após quase três anos de complexo processo de negociação, em novembro de 2016, foi selada a paz entre as FARC e o governo colombiano, apesar da grande dificuldade em chegar a termo em diversos pontos. O resultado em parte é a paulatina desmobilização das FARC e o seu ingresso na vida política.

Como não houve unanimidade na adesão ao acordo de paz, os guerrilheiros dissidentes, bem como seus equipamentos e armas, estão dispersos, e disponíveis, por todo o território. E o governo colombiano acredita que ocorra a incorporação à ELN ou recrutamento por organizações criminosas (FONSECA e AZEVEDO, 2018).

No Brasil, a longa fronteira da Amazônia com países vizinhos e sua permeabilidade geram significativas expectativas sob os vieses da segurança e da defesa, mormente, em se considerando a onda de crimes transfronteiriços conectada com atores nacionais. Essas inquietações conduziram o autor ao insuspeito problema de pesquisa: de que forma a celebração do acordo de paz entre

o governo colombiano e as FARC impactam as ações de segurança e de defesa do Exército Brasileiro, no estado do Amazonas.

Com o intuito de responder o problema, foram estabelecidos objetivos específicos, que têm por vocação apresentar: o histórico da relação entre o governo colombiano e as FARC, antes do acordo de paz; a conjuntura no período da assinatura do acordo de paz; o panorama colombiano, depois do acordo; e a atuação do Exército Brasileiro, no estado do Amazonas.

Para viabilizar o atingimento dos objetivos, empregou-se como metodologia as pesquisas bibliográfica e documental, a partir de livros, periódicos, manuais, artigos, trabalhos acadêmicos e documentos de acesso livre ao público em geral, inclusive aqueles disponibilizados pela rede mundial de computadores; e coleta com órgãos públicos, que apresentaram dados até então indisponíveis. Ato contínuo, esses dados foram tratados por meio do *process tracing* e da teoria dos padrões em conflitos de insurgência (GOURLEY *et al*, 2008).

Por oportuno, é mister ressaltar que o estudo foi delimitado estritamente dentro da semântica linguística do tema: “O acordo de paz entre governo colombiano e FARC e as ações de segurança e defesa do Exército Brasileiro”, no recorte geográfico do estado do Amazonas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 *PROCESS TRACING*

O *Process Tracing* é uma ferramenta originalmente criada para a Psicologia, nos idos da década de 1970, com o objetivo de entender o processo de tomada de decisões pelos indivíduos. Devido a sua efetividade na análise de fenômenos da natureza humana, a Ciência Política promoveu as adaptações necessárias para que a técnica fosse capaz de trabalhar, não mais com indivíduos isolados, mas com fenômenos sociais.

A ferramenta se traduz em uma análise pormenorizada de fragmentos de evidências de diagnóstico, o que propicia os devidos esclarecimentos das perguntas de pesquisa e das hipóteses, a fim de que sejam identificadas as relações causais existentes. Para Bennett e Checkel (2015), é a análise pormenorizada de fases

intermediárias de um dado processo, pela qual se buscará as inferências que levaram a um resultado. E George e Bennett (2005 *apud* LIMA, 2017, p.130), formularam uma metáfora para melhor conceituar:

> Quando vemos 50 peças de dominó enfileiradas e caídas sobre uma mesa, podemos dizer que a queda da primeira peça causou a queda da última? Para ter certeza de que a quinquagésima peça não caiu por outras causas – movimentos da mesa, alguém deliberadamente a empurrando ou mesmo outro fator que tenha promovido sua queda simultaneamente ou mesmo anteriormente à primeira – precisamos analisar o encadeamento de movimentos das outras peças para verificar se a nossa hipótese está correta – de que a queda da primeira causou a queda da última.

Process tracing não é meramente um processo descritivo, pois se utiliza da técnica focada, orientada pela teoria e empregada para examinar relações causais.

Focada porque busca elementos do fenômeno que objetivamente sejam importantes e harmônicos com a teoria. Orientada pela teoria porque debruça-se em arcabouço teórico, que conduzirá às relações causais e suas explicações. E empregada para examinar relações causais, pois é seu pressuposto imantar efeitos para cada uma das relações de causa. Essas são as vantagens que garantem a diferença entre o *process tracing* e os métodos explicitamente narrativos.

Ainda sobre características relevantes do método, é mister assinalar que ele permite dedução e indução (BENNETT e CHECKEL, 2015) quando do mapeamento de processos, o que viabiliza melhor entender os elementos implicados no fenômeno em estudo.

Uma vantagem da ferramenta é a maior flexibilidade que o processo confere ao pesquisador, o qual poderá estar aberto a perceber e analisar com mais amplitude e profundidade os fenômenos estudados, sem que incorra em baixo rigor metodológico.

Figura 1 – Exemplo de mapeamento de processos por meio de *Process Tracing*

Fonte: Cerávolo (2019, p. 46)

2.2 PADRÕES EM CONFLITOS DE INSURGÊNCIA

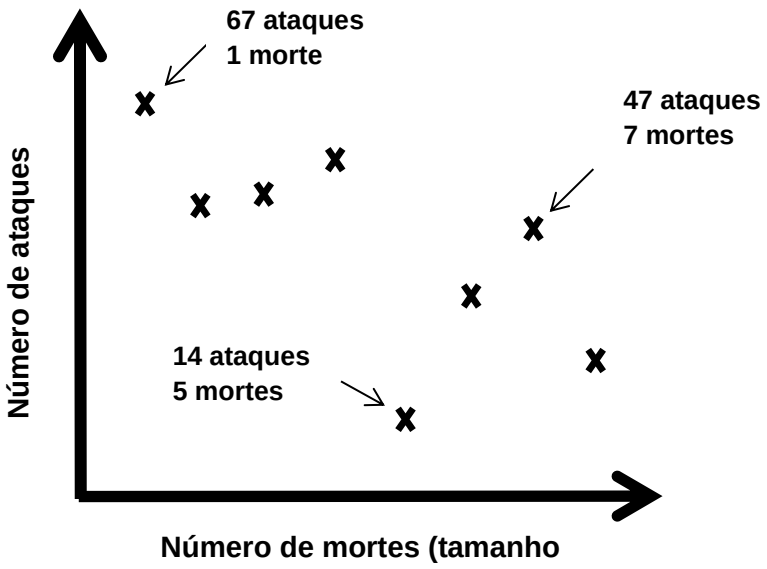
Sean Gourley (2009) e sua equipe assistiam aos noticiários sobre os conflitos do Iraque, Afeganistão, Serra Leoa, que lhes pareciam eventos incompreensíveis. Mas, acreditaram que, se tivessem dados suficientes, talvez pudessem entendê-los.

Não conseguiram os dados que precisavam pelos canais oficiais do governo. Todavia, na própria televisão, perceberam que, em meio aos fluxos de notícias, havia informações, que, se adequadamente sistematizadas, poderiam viabilizar o entendimento que buscavam.

Formaram uma equipe interdisciplinar de cientistas, economistas e matemáticos e, primeiramente, coletaram informações em 130 fontes diferentes, tais como relatórios de Organizações Não Governamentais, mídias impressas e noticiários de televisão. Em seguida, filtraram os dados brutos e extraíram aqueles que eram afins com o problema de pesquisa. Constituíram um banco de dados com a data dos ataques, o local, a quantidade de vítimas (ou tamanho dos ataques) e os armamentos empregados.

O próximo passo foi conceber como sistematizar aquelas informações e concluíram que deveriam focar na distribuição dos tamanhos dos ataques e compilaram o gráfico abaixo:

Figura 2 – Tamanho dos ataques *versus* número de ataques

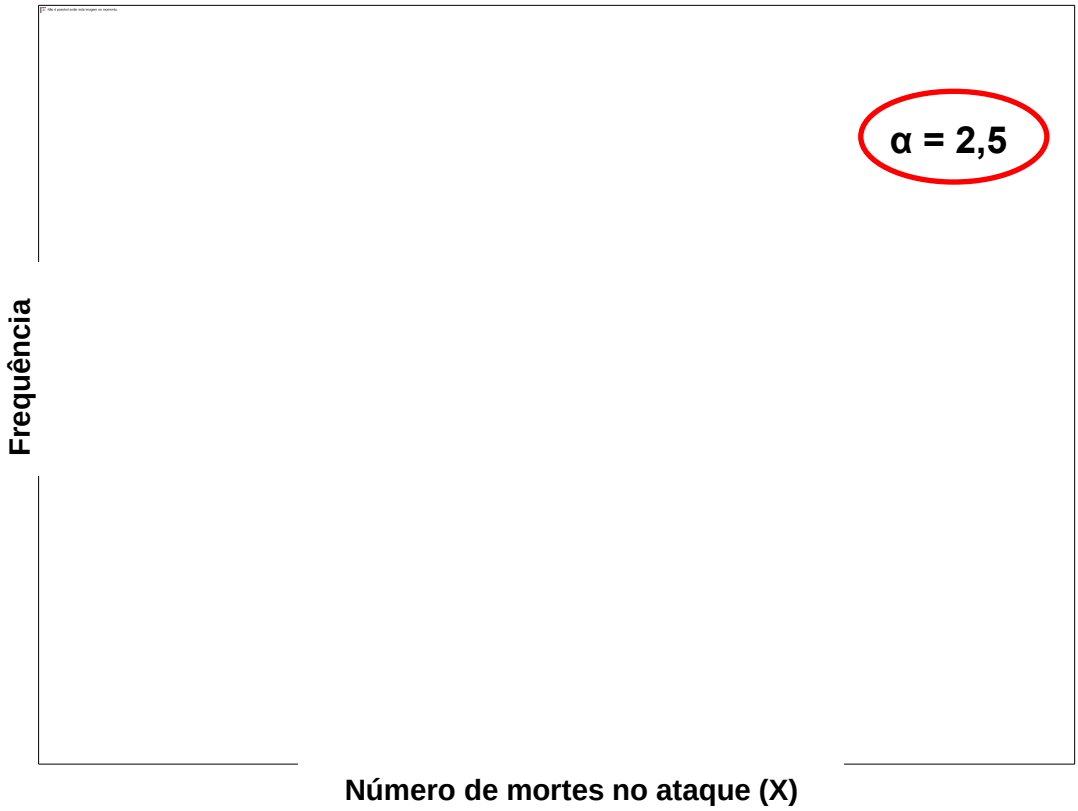


Fonte: o autor, adaptado de Gourley (2009)

No eixo horizontal, há o número de pessoas mortas em um ataque ou o tamanho de um ataque; no eixo vertical, há o número de ataques. Pode-se observar um tipo de distribuição aleatória, por exemplo: 67 ataques, com uma pessoa morta, ou 47 ataques, com 7 pessoas mortas etc.

Fizeram o mesmo procedimento para o Iraque e surpreendentemente obtiveram a precisa distribuição matemática, observada no gráfico abaixo, acerca de como os ataques estão ordenados naquele conflito, apesar das incertezas e dos eventuais ruídos. Como se o conflito do Iraque tivesse uma marca, uma assinatura matemática. Para descartar que não havia algo especial no conflito do Iraque, analisaram os da Colômbia, do Afeganistão e os do Senegal.

Figura 3 – Gráficos Log: A dimensão dos eventos



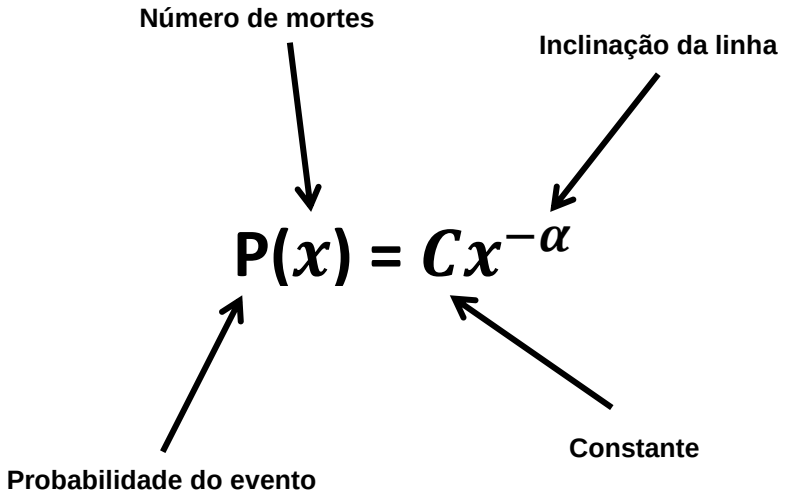
Fonte: o autor, adaptado de Gourley *et al* (2009)

Mais uma vez, o mesmo padrão matemático foi obtido em cada um deles. De novo, precisavam descartar eventuais coincidências e depois de análise, concluíram que os conflitos se davam com comunidades religiosas diferentes, com grupos políticos distintos e com ambientes socioeconômicos diversos. E, ainda assim, os padrões fundamentais daqueles conflitos foram os mesmos.

Aprofundaram as pesquisas, por meio da ampliação do rol de conflitos em análise. Investigaram eventos desde o Peru até a Indonésia e, surpreendentemente, observaram de novo o mesmo padrão. E concluíram que não apenas as distribuições eram as retas discriminadas no gráfico acima constante da figura 3, mas que a inclinação delas se acumulava em torno do valor de alfa igual a 2,5. Dessa maneira, conseguiram gerar uma equação que poderia prever as chances de um ataque, ou seja, que a probabilidade de um ataque matar “X” número de pessoas em um país como o Iraque, é igual a uma constante, vezes o tamanho

do ataque, elevado a menos alfa. E menos alfa é a inclinação da reta pontuada no gráfico da figura 3.

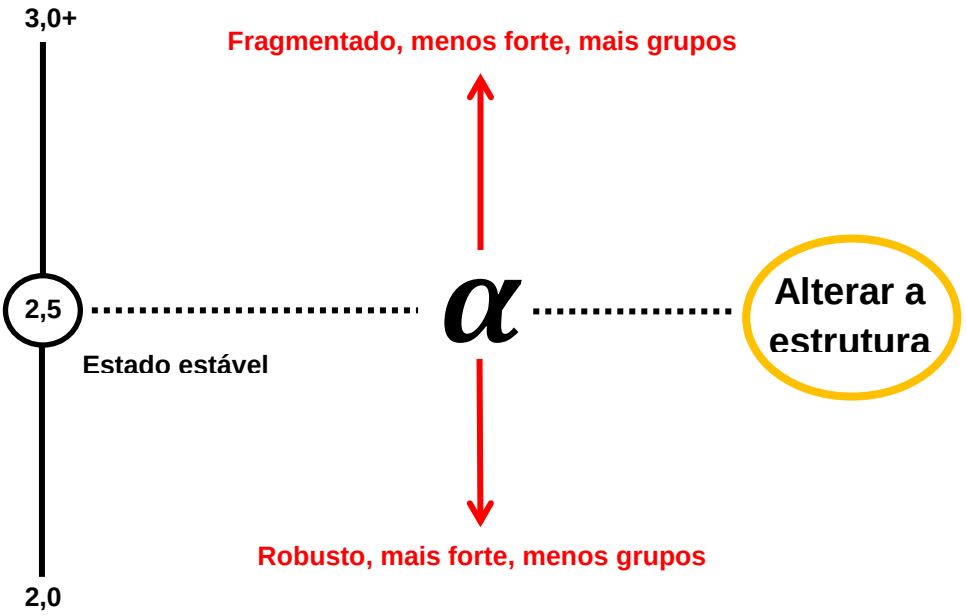
Figura 4 – Probabilidade de um ataque ter “X” mortes



Fonte: o autor, adaptado de Gourley (2009)

Apesar de tantos argumentos matemáticos produzidos, especialmente estatísticos, restava ainda viabilizar que eles agregassem sentido ao problema pesquisado e que fossem capazes de dizer algo sobre aqueles conflitos. Fruto dessa inquietação, concluíram que alfa se referia à estrutura organizacional do grupo insurgente.

Figura 5 – O alfa estrutural de um grupo insurgente



Fonte: o autor, adaptado de Gourley (2009)

Alfa é a distribuição dos tamanhos dos ataques, ou seja, a distribuição da força do grupo que empreende os ataques. Para tal, tiveram que fazer uso de ferramentas para análise de dinâmicas de grupo, em especial a aglutinação e a fragmentação; grupos que se conformam e grupos que se separam.

Passaram a analisar os números sob essa perspectiva, com o intuito de saber se aquilo poderia ser simulado; se poderiam ser criados os tipos de padrões que haviam sido observados no Iraque e, consequentemente, explicar os padrões observados nos conflitos por todo o mundo, ainda que diferentes ou aparentemente diferentes.

Nesse sentido, concluíram que em comum havia o fato de as forças insurgentes estarem em evolução constante, adaptando-se. Isso porque se há somente uma solução para vencer um inimigo muito mais forte, a força insurgente tem de encontrá-la, sob risco de perder o combate. Desse jeito, toda força insurgente, em qualquer conflito, deverá conduzir-se desse mesmo modo.

Com as convicções formadas até esse ponto, consubstanciadas pelas análises e simulações de eventos passados, lhes pareceu possível aplicar o modelo admitido de maneira preditiva:

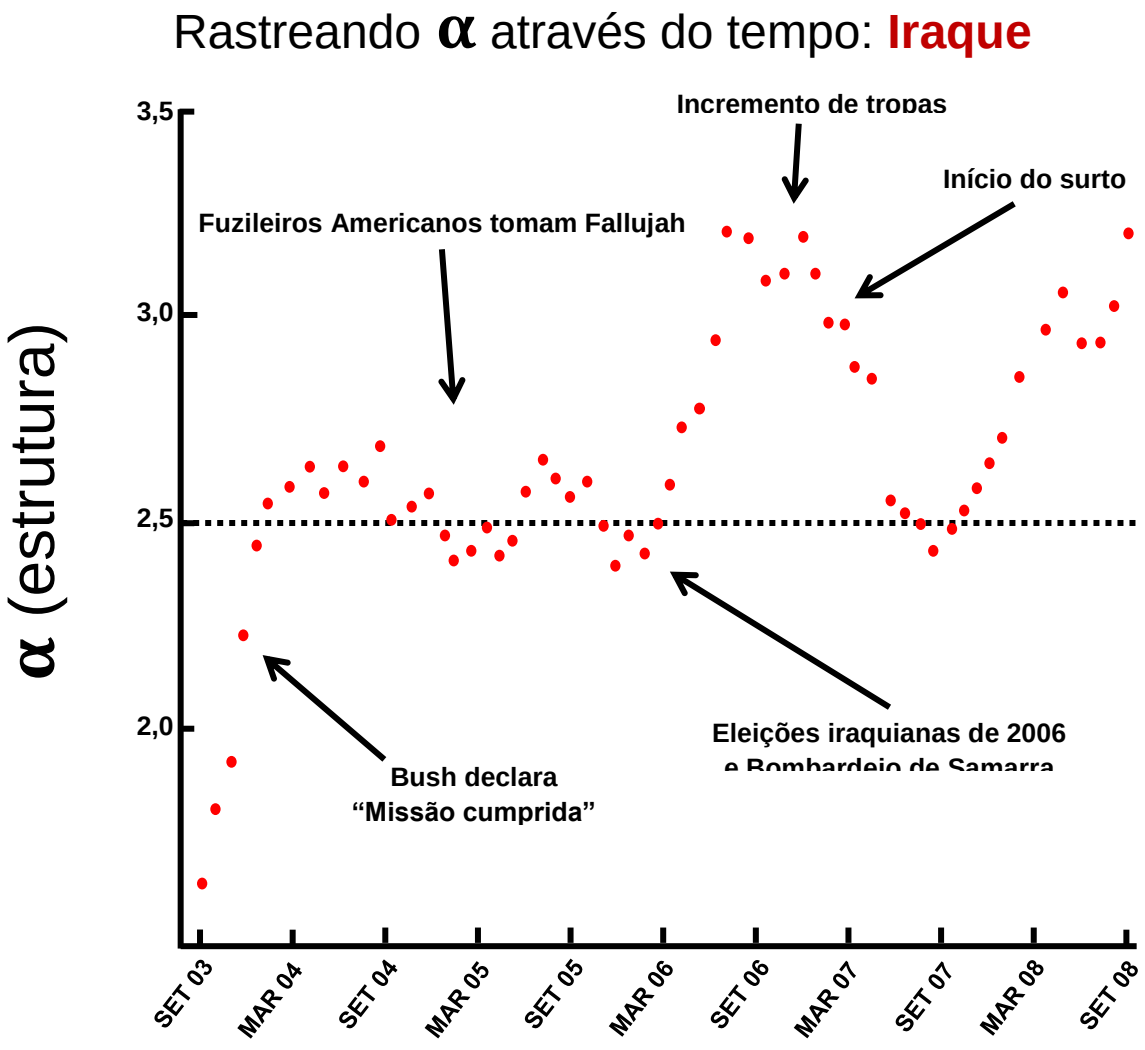
> Olhando para o futuro, como mudamos isso? Como acabamos com uma guerra como a do Iraque? Como ela se parece? Alfa é a estrutura. Em estado estável a 2,5. É assim que as guerras se parecem quando elas continuam. Nós temos que mudar isso. Podemos forçar para cima. As forças se tornam mais fragmentadas. Há mais delas, mas são mais fracas. Ou podemos forçar para baixo. Elas se tornam mais robustas. Há menos grupos. Mas talvez possamos sentar e dialogar com eles. (GOURLEY, 2009)

A fim de dar utilidade à ferramenta, construíram o gráfico abaixo, em que é possível observar a evolução do alfa, ao longo do tempo, no conflito do Iraque, da gênese até o estado estável com que se parecem todas os demais conflitos. Permanecendo do mesmo modo, desde a declaração de missão cumprida por Bush, passando pela invasão de Falluja, até que ocorrem os bombardeios de Samarra, por ocasião das eleições de 2006, quando o sistema é perturbado. Naquele momento, alfa se move para cima para um estado fragmentado. Em seguida, há o aumento de tropas, o que deveria forçar o alfa para cima, ainda mais; e o oposto aconteceu (início do surto). Nessas dinâmicas, eles entenderam que os grupos se adaptaram e se tornaram mais fortes, mais robustos. Tal qual haviam concebido, acreditavam que alfa fosse continuar “caindo”, o que viabilizaria a

possibilidade de dialogar com os insurgentes. Mas, o oposto aconteceu e, conforme o padrão, alfa voltou a subir, o que aponta para o fato de os grupos estarem mais fragmentados. E Gourley (2009) concluiu:

> E isso me diz uma de duas coisas. Ou estamos de volta ao ponto onde começamos, e o aumento de tropas não teve efeito. Ou finalmente os grupos se fragmentaram a tal ponto que podemos começar a pensar em talvez sairmos de lá. Não sei qual é a resposta para isso. Mas eu sei que deveríamos estar olhando para a estrutura da revolta para responder a essa questão.

Figura 6 – Rastreando alfa através do tempo no Iraque



Fonte: o autor, adaptado de Gourley (2009)

3 METODOLOGIA

Para responder ao problema de pesquisa – de que forma a celebração do acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC impactam as ações de segurança e de defesa do Exército Brasileiro – buscaram-se as evidências disponíveis, passadas e presentes, por meio de ferramentas e método.

Foram realizadas pesquisas bibliográfica e documental e coleta de dados, as quais foram conduzidas simultaneamente, de maneira que cada uma pudesse complementar e potencializar o resultado das outras duas, com vistas ao esclarecimento do problema e o consequente atingimento dos objetivos propostos.

A concepção foi medir se os níveis de práticas ilícitas, no espaço geográfico de interesse, o estado do Amazonas, aumentaram ou diminuíram usando como marco histórico o acordo de paz, o que foi realizado por meio de coleta de dados e pesquisas bibliográfica e documental. E por se tratar de acordo, era mister conhecer as partes – governo e FARC – e entender as conjunturas anterior e a imediatamente posterior a esse marco histórico. Na mesma direção, foram apresentadas a estruturação do Exército Brasileiro e sua missão institucional, aspectos envolvidos no entendimento do problema. Dessa maneira foi possível produzir análises que indicassem se haveria ou não impacto nas ações de segurança e defesa do Exército Brasileiro, no cumprimento de sua missão institucional.

Entretanto, inicialmente é preciso explicar qual a relação entre as práticas ilícitas em território nacional brasileiro e as FARC, uma guerrilha comunista colombiana. A resposta é que as FARC sobreviviam do narconegócio e de outros crimes, com transbordamento de fronteira, o que atingia o Brasil, por conseguinte o estado do Amazonas.

Com o intuito de promover a medição dos níveis de práticas ilícitas, foi utilizada a coleta de dados, no espaço temporal de antes do acordo de paz de novembro de 2016, até o ano de 2018. A coleta de dados foi realizada junto ao CMA e à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas (SSP-AM), para os quais foi remetido *email*, com as planilhas – modelos – abaixo discriminadas, que solicitavam números e tipos de ilícitos combatidos de 2012, ou anterior, até o ano de 2018.

Figura 7 – Modelo de tabela – Dados do CMA

AÇÕES DO EXÉRCITO BRASILEIRO - COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA			
APREENSÃO DE DROGAS ILÍCITAS			
DATA	**TIPO**	**KG**	**LOCALIDADE (NOME OFICIAL) OU POSIÇÃO (LAT LONG / SIMILAR)**
01/01/1990	Cocaína	300	Tefé/AM
APREENSÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES			
DATA	**TIPO**	**QUANTIDADE**	**LOCALIDADE (NOME OFICIAL) OU POSIÇÃO (LAT LONG / SIMILAR)**
02/03/1990	Fuzil AK-47	6	S 4° 13′ 52″ W 069° 56′ 18″
02/03/1990	Munições 7,62 mm	3.500	S 4° 13′ 52″ W 069° 56′ 18″
ATRITO (COMBATE OU COMBATE COM APREENSÃO DE DROGAS ILICITAS E/OU ARMAS E/OU MUNIÇÕES)			
DATA	**TIPO DE AMEAÇA**	**QUANTIDADE**	**LOCALIDADE OU POSIÇÃO E OBSERVAÇÕES**
01/02/1990	Guerrilheiros e drogas	7 guerrilheiros e 255 Kg de pasta base de cocaína.	Ipiranga/AM. 2 baixas entre os guerrilheiros e 1 militar EB ferido.

Fonte: o autor

Figura 8 – Modelo de tabela – Dados da SSP-AM

AÇÕES DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS			
APREENSÃO DE DROGAS ILÍCITAS			
DATA	**TIPO**	**KG**	**LOCALIDADE (NOME OFICIAL) OU POSIÇÃO (LAT LONG / SIMILAR)**
01/01/1990	Cocaína	300	Tefé/AM
APREENSÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES			
DATA	**TIPO**	**QUANTIDADE**	**LOCALIDADE (NOME OFICIAL) OU POSIÇÃO (LAT LONG / SIMILAR)**
02/03/1990	Fuzil AK-47	6	S 4° 13′ 52″ W 069° 56′ 18″
02/03/1990	Munições 7,62 mm	3.500	S 4° 13′ 52″ W 069° 56′ 18″
ATRITO (COMBATE OU COMBATE COM APREENSÃO DE DROGAS ILICITAS E/OU ARMAS E/OU MUNIÇÕES)			
DATA	**TIPO DE AMEAÇA**	**QUANTIDADE**	**LOCALIDADE OU POSIÇÃO E OBSERVAÇÕES**
01/02/1990	Guerrilheiros e drogas	7 guerrilheiros e 255 Kg de pasta base de cocaína.	Ipiranga/AM. 2 baixas entre os guerrilheiros e 1 policial ferido.

Fonte: o autor

Uma vulnerabilidade na coleta de dados proposta residia no fato de que haveria poucas informações depois do marco histórico estabelecido, que era o acordo de paz. Ou seja, independentemente da quantidade de dados de anos anteriores, 2012 a 2016, ou até mais antigos, os posteriores seriam de 2017 e 2018, somente, e poderiam não expressar adequadamente uma tendência ou comportamento.

E de fato, os resultados obtidos com os dados do CMA e da SSP-AM não foram conclusivos, apesar de terem concorrido para a produção das análises. Nesse diapasão é que as pesquisas bibliográfica e documental se tornaram mais relevantes e, de certo, foram fundamentais para respaldar as análises. Os dados do CMA foram tratados como objeto de pesquisa documental. Os dados da SSP-AM foram compilados em mapas, nos quais foram apontadas as localidades onde houve apreensão de drogas em determinado período; e em gráficos, onde foram compiladas as quantidades de drogas, de armas e de munições apreendidas nas cidades de Manaus e do interior do estado do Amazonas e nas bases Anzol e Sentinela.

A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida por meio de literaturas diversas: livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e de doutorado e matérias de sítios eletrônicos especializados.

Também, a pesquisa bibliográfica abarcou o estudo dos referenciais teóricos: *Process Tracing* e Padrões em Conflitos de Insurgência, que mostraram ser ferramentas adequadas para a pesquisa.

A pesquisa documental percorreu a Constituição Federal, leis, matérias institucionais, por meio de sítios eletrônicos.

Tanto a pesquisa bibliográfica, quanto a documental tinham por foco os dados históricos relativos às FARC, aos grupos armados ilegais, à política, à Colômbia, propriamente, e seus problemas relacionados à violência, e ao Exército Brasileiro.

As pesquisas bibliográfica e documental viabilizaram o acesso aos dados, que foram sistematizados por meio da ferramenta *Process Tracing*. A apresentação dos dados, constante do item 4.1, se deu, via de regra, em segmentos de dez em dez anos. Mas, em quatro tópicos, foi necessário que o espaço temporal compreendesse períodos específicos. Nesses segmentos estão registrados os eventos mais adequados para a pesquisa e não os mais importantes da história daquele país, de maneira que fosse possível tornar mais digesta a leitura e facilitar o entendimento global do problema.

Essa ferramenta permitiu conduzir a pesquisa de maneira focada e reunir as mais objetivas evidências, imantadas com a solução do problema em estudo, mas com a amplitude investigativa necessária, sem que houvesse perda de qualidade metodológica, a fim de que fosse possível, ao final e ao cabo, encontrar as relações causais envolvidas, nos eventos históricos estudados.

Ainda sobre o *Process Tracing*, é importante saber que é uma ferramenta que requer um acervo de dados capaz de robustecer o conjunto de ideias que levará às pretendidas relações causais.

Dessa maneira, os dados apresentados, que remontam de quase dois séculos de história até a conjuntura encontrada no período da celebração do acordo de paz, permitiram oferecer a robustez requerida.

A matriz do *Process Tracing* foi construída com três eixos horizontais, que devem ser lidos de baixo para cima, da seguinte maneira: o primeiro o local, para os eventos ocorridos na própria Colômbia; hemisférico, para os eventos havidos no âmbito das Américas do Sul, Central e do Norte; e global, para aqueles que ocorreram foram do escopo dos outros dois. Os termos foram concebidos a partir do trabalho de Viana (2009). Os eventos são apostos em ordem crescente de ocorrência ao longo do tempo, da esquerda para a direita. Várias são as interpelações temporais colocadas em torno da matriz, que fazem alusão a períodos históricos relevantes para a pesquisa.

Por outro lado, o processo de paz abarca um período muito menor e, portanto, não apresentaria evidências em quantidade suficiente para robustecer suas relações causais. Nessa esteira, a fim de mitigar a fragilidade no estabelecimento das relações causais fruto de um processo que ainda hoje está em andamento, ou seja, com dados relativos a um pequeno espaço temporal, em adição, lançou-se mão da ferramenta "Padrões em Conflitos de Insurgência", de Gourley *et al* (2009).

Apesar de o processo de paz ser um evento dinâmico, por lidar com grupos de indivíduos humanos, e, por isso, sujeito às resultantes dessas interações sociais complexas, a ferramenta se mostrou significativamente adequada porque apresentou elementos que se harmonizaram com os acontecimentos decorrentes do processo de paz.

Cumprido o item 4.1, apresentação dos dados, o item 4.2, resultados de pesquisa, começou pela matriz advinda do *process tracing*, sobre a qual foram procedidas as análises necessárias ao estudo do problema. Para o período do processo de paz, quando não houve evidências do passado ou presente, utilizaram-se os elementos dos padrões em conflitos de insurgência para mitigar a fragilidade das análises.

Em paralelo, foram tratados os dados do Comando Militar da Amazônia, organização do Exército Brasileiro, como instituição: missão, estruturação e disposição no terreno, considerando sua responsabilidade sobre as ações de segurança e defesa, na faixa de fronteira e em outras áreas, nas missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) e em apoio aos órgãos de segurança pública. Dessa maneira foi possível apontar os prováveis "pontos de contato" com as práticas

ilícitas promovidas pelas FARC. A utilização de mapas corroborou e facilitou a análise e a identificação dos pontos de interesse para a pesquisa.

4 A PESQUISA

4.1 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

Os dados sobre a história da Colômbia, e que corroboram a compreensão desse complexo ator: as FARC, foram dispostos, sempre que possível, em ordem cronológica, a fim de facilitar o entendimento dos aspectos conjecturais envolvidos. E não houve pragmatismo na pormenorização de todos os eventos citados, os quais serviram para dar fluidez às ideias, e que, apesar de importantes para a história, não o eram para o atendimento dos objetivos desta pesquisa.

Sobre o Exército Brasileiro (EB) na Amazônia Ocidental, foram tangidos os aspectos exclusivamente pertinentes à temática da pesquisa, pelo que nem todo o universo do que é o EB, e o que este empreende, fora abordado.

4.1.1 As FARC e o acordo de paz

Para entender as FARC – surgimento e *modus operandi* – é necessário abordar parte da história colombiana: os fatores conjecturais de dimensões social e política, os quais corroboraram sua formação e suas ações até o acordo de paz e os consequentes desdobramentos.

Nesse sentido, a história das FARC se confunde visceralmente com a própria história do país e, em alguma medida, dos vizinhos lindeiros sul-americanos e de grande parte do mundo.

Uma dura trajetória da violência à paz

A Colômbia foi palco de fenômenos sociais *suis generis* no que concerne ao uso da violência extrema e sistemática, ao longo de sua história. Remontam às guerras para tornar-se independente da Espanha, no alvorecer do século XIX; às contendas entre a elite *criolla*, representada por federalistas e centralistas, que se

desdobraram em muitas outras guerras civis; e, na virada daquele século, agora entre conservadores e liberais, à Guerra dos Mil Dias (1899-1902) e ao período de *La Violencia* (1948-1958), que foram duas importantes perturbações do tecido social, as quais resultaram em 300.000 mortos (VIANA, 2009).

Por quase cento e cinquenta anos, a República da Colômbia viveu momentos de uma latente guerra civil, protagonizados por liberais e conservadores cegos pelo fanatismo político, o que levou Pulido (2009, p. 19) a afirmar que "a violência como enfermidade social endêmica coexiste com o curso da história colombiana."

Um aspecto importante a considerar é o transbordamento dos problemas domésticos colombianos, inicialmente com o crescimento do comunismo, por meio do Partido Comunista da Colômbia (PCC) e sua guerrilha, e, em segunda instância, pela chaga da produção e comercialização de drogas ilícitas. Esses temas, além de internacionalizarem as crises internas, serviram de motor de sustentação dos fenômenos sociais que assolam a Colômbia até os dias de hoje.

Quanto à guerrilha comunista, é mister lembrar que recrudesceu em plena Guerra-Fria com a formação das FARC e outros movimentos. De um lado o PCC, cuja concepção remonta ao ano de 1923 e criação em 1924, quando houve a aprovação do programa e do estatuto do partido "elaborados de acordo com as ideias, as táticas e as condições de organização recomendadas pelos congressos da Terceira Internacional" (JEIFETS e JEIFETS, 2001). Para obter o poder e submeter o Estado colombiano, aplicariam a tese marxista-leninista da "combinação de todas as formas de luta" (PULIDO, 2009, p. 28).

Do outro lado, os EUA, que iriam se opor às tentativas de expansão e de difusão de ideais, também imperialistas, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e de seus parceiros como Cuba e China, se necessário pelo enfrentamento direto, em qualquer parte do mundo e mormente em sua área de influência no hemisfério ocidental.

Com os problemas advindos da exploração das drogas ilícitas, inclusive pelos movimentos guerrilheiros comunistas, com consequências de dimensões globais, os EUA perceberam a ameaça que representaria a sua segurança e aos seus interesses. E mais uma vez, suas ações encontraram palco em território colombiano e se enquadraram na máxima clausewitziana de que "a guerra é continuação da política por outros meios".

De *La Violencia* até a atualidade, os fenômenos sociais podem ser caracterizados por um mosaico de forças antagônicas, que se conformaram, circunstancialmente, agruparam-se e desintegraram-se, de acordo com o estado das coisas, mas sempre em seu próprio benefício ou em estrita harmonia com seus fundamentos político-ideológicos.

Ao longo desse processo histórico, houve quatro tentativas formais de se estabelecer a paz na Colômbia, sendo a última a de novembro de 2016. As anteriores falharam por motivos diversos, mas, objetiva e obviamente, pode-se justificar pela complexidade de se planificar e atender os interesses de inúmeros atores, os quais detiveram grande capacidade de fazer uso da violência, que deveria ter sido monopólio do Estado.

Anos 1940 e 1950 – *La Violencia*

Houve ocasiões de extrema perturbação da ordem pública, por meio de atos de tamanha desumanidade, que culminaram em *La Violencia*, o período compreendido entre 1948 e 1958, e cuja origem teria sido o assassinato do liberal Jorge Eliécer Gaitán, no dia 9 de abril de 1948, em Bogotá (PULIDO, 2009). Este evento desencadeou uma série de protestos que ficaram conhecidos como "El Bogotazo" (SASSE, 2018).

Na esteira da violência, membros do PCC teriam sido perseguidos, o Exército teria ocupado povoados e reprimido agricultores comunistas (SASSE, 2018); e, as guerrilhas liberais, depois de muitos anos de conflitos sem resultados práticos, optaram por cessar suas operações, pelo que depuseram suas armas, em uma iniciativa unilateral, em tese, motivadas pelo desejo de promoverem um processo de restabelecimento da paz. Contudo, ainda perdurava um ambiente político bastante instável, em certa medida fruto da inépcia do governo colombiano em exercer sua autoridade e uma conduta necessariamente agregadora (PULIDO, 2009).

Nesse ínterim, as lideranças liberais desmobilizadas foram assassinadas e os quadros guerrilheiros foram em parte cooptados pelo PCC, que já há tempos vinha aprofundando a guerra revolucionária no campo; outra parte passou a compor quadrilhas de bandidos comuns. Dessa forma, havia, nesse universo de interesses, guerrilhas liberais, conservadoras, comunistas e de bandidos comuns operando no

território colombiano. E esses grupos ora se enfrentavam, ora se aliavam em prol de mesmos objetivos, como ocorreu no início dos anos 1950, quando guerrilheiros comunistas e liberais operaram em conjunto contra a violência oficial conservadora, em El Davis, Departamento de Tolima (PULIDO, 2009).

Nessa direção, Pulido (2009, p. 23) traz como exemplo de mudança de orientação liberal para comunista, o caso do guerrilheiro Pedro Brincos, que publicara manifesto com o seguinte conteúdo:

> Por essa circunstância, os camponeses devem organizar-se em seu lugar de trabalho ou em sua propriedade rural, com a colaboração da guerrilha revolucionária. Nossa ordem é eleições não! Insurreição armada sim! (...) As guerrilhas revolucionárias são imbatíveis porque se apoiam em todo o povo e representam sua aspiração de acabar para sempre com esse sistema de exploração e de fome.

As causas da violência nas relações sociais e políticas na Colômbia são vistas por vários autores, tais como Fonseca (2008), Dario (2014) e Grisales (2013) por perspectivas bastante aproximadas. A abordagem de Fonseca (2008, p.15) aponta de maneira objetiva e bastante didática os dois fatores que em sua visão promoveram a violência como ferramenta política para a solução de problemas sociais: primeiro, quando um partido político se estabelecia no poder, ainda que pela instituição do pleito, passava a usurpar os recursos institucionais e a força estatal para submeter adversários e em prol do atingimento de seus objetivos; segundo, quando a *práxis* inclui a privatização da violência estatal e o governo apoiava grupos de justiça privada, desde que corroborasse seus interesses.

Anos 1960 – Surgem as FARC e outros movimentos

Os comunistas ocupavam várias localidades e nelas estabeleceram junto aos habitantes zonas com forte organização política e social, almejando fortalecer o movimento pela reforma agrária. Esse conceito originou um sistema de autodefesa, que em larga medida atingiu os interesses dos latifundiários, a ponto de os conservadores denominarem aquelas zonas como repúblicas independentes. Na

oportunidade, a revolução cubana e seu viés socialista despertou a atenção do governo, que, receoso de uma possível contaminação ideológica, combateu as autodefesas (PULIDO, 2009).

Em 27 de maio de 1964, Marquetalia, um reduto guerrilheiro camponês da cordilheira dos Andes é atacado pelo Exército e por aviões militares. Manuel Marulanda "Tirofijo" e outros 37 sobrevivem (TERRA, 2012).

Como consequência, o resultado não foi o esperado e houve o fortalecimento do processo implementado pelo PCC, que em 1965, realizou a Primeira Conferência do Bloco Sul, tido como a pedra fundamental, onde reuniu em torno de mesmos objetivos as matizes guerrilheiras e criou as condições adequadas para o surgimento das FARC, de orientação marxista-leninista (PULIDO, 2009).

Também em 1965, surge o ELN, oriundo do meio universitário, fruto da radicalização do movimento estudantil; seu líder era o padre Camilo Torres; os membros eram seguidores da Teologia da Libertação; e o grupo foi inspirado na Revolução Cubana (1956 – 1959) e no Movimento 26 de julho, de Fidel Castro (VISACRO, 2016; SASSE, 2018).

As guerrilhas comunistas agora tinham nome: FARC e ELN – a primeira geração. Se no passado o motor dos embates eram ideais federalistas e centralistas, liberais e conservadores, agora a ideologia fomentada pelas Internacionais Socialistas e por Cuba faria seus guerrilheiros permanecerem por muitas outras décadas na cena da violência na Colômbia.

Em 1968, preocupado com a expansão das guerrilhas comunistas, o governo promulgou a Lei n° 48, que autorizava o Exército a preparar grupos civis para combatê-las nas áreas rurais. Por mais absurda que possa soar hoje, à época era comum a utilização de exércitos privados. Essa prática, agora legitimada por dispositivo legal, foi a origem dos grupos paramilitares de ultradireita, que tinham, inicialmente, a missão de proteger as grandes propriedades rurais (VISACRO, 2016).

Relações Colômbia – Estados Unidos da América

No contexto das políticas externas americanas, a Colômbia recebeu atenção especial, desde a década de 1930, quando, após a crise do Panamá, que fragmentou o território colombiano, o presidente Roosevelt promoveu a Política de

Boa Vizinhança, com o fito de mitigar o desgaste entre os dois países. Com o advento da Guerra-Fria e a Colômbia fornecendo grandes quantidades de petróleo e platina, o que concorria para a corrida armamentista dos EUA, a atenção para o país latino foi retomada em alto grau e foram estabelecidas profundas relações econômicas, sociais e militares, que duram até os dias de hoje. É mister ressaltar que a Colômbia, desde 1918, havia adotado a política de *Respice Polum*, cuja tradução livre seria "espelhar-se no aliado do Norte", pela qual se uniu aos EUA, quase que irrestritamente, tanto por entender que estava na área sob sua influência, quanto para obter o máximo proveito da relação (SANTOS, 2009).

Não significa que o alinhamento tenha sido linear e irrestrito por toda a história, pois alguns governos colombianos conduziram sua política externa com certo grau de reserva e autonomia, agora dentro do contexto da *Respice Simila*, "espelhar-se nos países semelhantes", desde a gestão de Alfonso López Michelsen, Ministro das Relações Exteriores do Presidente Carlos Llera, 1966-1970 (SANTOS, 2009).

Todavia, é mister destacar que a relação com os EUA rendeu à Colômbia o *status* de Nação Amiga para o combate às ações da URSS, no ocidente, traduzidas em grupos e movimentos de guerrilhas comunistas (SANTOS, 2009).

Em 1970, no governo Nixon, o combate à produção e à comercialização de drogas ilícitas foi incorporado à Doutrina de Segurança Nacional dos EUA (SANTOS, 2009), o que estreitaria ainda mais as relações entre os países.

Além dos conflitos político-ideológicos existentes no território colombiano, o que incluía agentes de ideais marxista-leninistas e da revolução cubana, e, mesmo quadrilhas de criminosos comuns, que funcionaram como motor da violência até então, o crime organizado do tráfico de drogas ilícitas passava cada vez mais a compor a carteira de fenômenos sociais a serem acompanhados e/ou combatidos, agora com a cooperação dos EUA.

Anos 1970 – A geração dos movimentos armados de esquerda

Em 19 de abril de 1970, surge o Movimento 19 de abril, resultado da frustração da ala mais radical da Aliança Nacional Popular, liderada por Carlos Toledo Plata, que não aceitava a vitória nas eleições para a presidência do país pelo conservador Misael Pastrana Borrero.

Vários outros movimentos surgiram nessa mesma década, considerada a segunda geração dos movimentos armados (FONSECA, 2008, p.75) de ideais comunistas.

Em 1978, é instituído o Secretariado, como direção colegiada de sete membros das FARC, integradas então por cerca de mil homens divididos em sete frentes (TERRA, 2012).

Anos 1980 – A década dos grupos armados de direita, da primeira tentativa de acordar a paz e da sedução das drogas ilícitas

Não havia trégua e o tecido social continuava a ser esgarçado. Nesse contexto, o período se inicia com mais uma ação "espetacular" do M–19, que sequestrou embaixadores na missão diplomática da República Dominicana (FONSECA, 2008).

Também em 1980, narcotraficantes passaram a contratar paramilitares para protegerem suas plantações contras as investidas sistemáticas da guerrilha comunista. A partir de 1981, a prática foi alavancada e os paramilitares multiplicaram-se (VISACRO, 2016).

Em 1982, os EUA aprovaram o *Defense Autorization Act*, pelo qual seu Exército poderia atuar no combate ao tráfico de drogas. Em 1986, a doutrina de segurança nacional reconheceu a relação entre o terrorismo de esquerda e o narcotráfico como grave ameaça aos EUA (SANTOS, 2010).

Apesar das tensões, tratativas de paz entre governo e guerrilhas comunistas foram conduzidas e caminharam positivamente, exceção com o ELN (MARIN, 2018).

Em 28 de março de 1984, as FARC aceitam uma trégua e iniciam negociações, *Acuerdos de La Uribe*, com o presidente Belisario Betancur, do Partido Conservador, cujo mandato se deu de 1982 a 1986. **Pela primeira vez, o governo abre negociação com as FARC e o ELN (SASSE, 2018)**.

Ainda naquele ano, o M-19 e o EPL também acederam à trégua. Todavia, as FARC foram o único grupo armado a respeitar o cessar-fogo (MARIN, 2018).

O governo promoveu ampla anistia aos membros de todos os grupos armados comunistas e lhes franqueou participar da reforma política do país, o que desapontou militares e outros segmentos da sociedade que eram desfavoráveis a negociar quaisquer benefício ou concessão para os guerrilheiros. Os comandos

militares foram alijados desse processo e as tensões se agravaram. Militares dissidentes e cidadãos contrários à conduta do governo vieram a formar grupos paramilitares de autodefesa (SILVA, 2016).

Uma outra perspectiva, segundo Sasse (2018), é que os paramilitares estavam a serviço de grandes proprietários de terras, contra os ataques rebeldes, e contaram em seus quadros com a participação de militares, que pretendiam manter o estado de coisas, nas expressões política e econômica (FONSECA, 2008).

Apesar de não respeitarem o acordo de paz, as ações dos grupos armados comunistas vinham sendo inexpressivas, do ponto de vista político e militar, até que o M–19 protagonizou a trágica ocupação do Palácio da Justiça em 1985, com mais de 350 reféns.

A retomada do prédio pelas Forças Armadas deixa 98 mortos e 11 desaparecidos. Dentre os mortos na ação do M–19 está o Ministro da Justiça, o que corrobora a suspensão do processo de paz oficialmente promovido pelo governo (SASSE, 2018).

Ainda nos anos 1985, fruto do processo de paz implementado por Betancur, guerrilheiros comunistas de ideários convergentes abandonaram as armas e formaram a União Patriótica (UP), reconhecida como partido político (MARIN, 2018).

“A UP consegue eleger 14 congressistas em 1986, entre eles vários comandantes guerrilheiros. Além disso, lança o jurista Jaime Pardo como candidato presidencial” (TERRA, 2012).

Se a década anterior foi proeminente na formação de inúmeros movimentos de esquerda, esta seria, na mesma proporção, a dos grupos paramilitares de ultradireita. Mais um ator entrava na complexa equação do uso da violência na Colômbia.

Em 11 de outubro de 1987, Pardo é assassinado por paramilitares de ultradireita. Uma série de assassinatos se segue e os dirigentes da UP são exterminados, vitimando mais de três mil pessoas (TERRA, 2012).

Em outubro de 1989, os quadros do M–19 optam por depor as armas e se reintegram à sociedade como partido político. Carlos Pizarro, líder do movimento, iria concorrer à presidência. Todavia, em 1990, durante a campanha eleitoral, é assassinado (SASSE, 2018).

Ainda 1989, a Lei n° 48 foi revogada pelo Decreto n° 1.194. Todavia, não houve impacto prático e os paramilitares continuaram a operar com a mesma intensidade.

“Quatro candidatos presidenciais e numerosos políticos de esquerda são assassinados por paramilitares entre 1986 e 1990” (SASSE, 2018).

Selada a vitória na Guerra-Fria com a queda do muro de Berlim em 1989 e devido ao desmantelamento da URSS em 1991, os EUA passaram a priorizar o narcotráfico como política-externa. A América Latina (AL), mormente a Colômbia, viria a gozar de sua especial atenção (SANTOS, 2010).

Narcotraficantes crescem com a produção e comercialização das drogas ilícitas em vastas áreas no interior do país, longe do alcance do Estado, que eram outrora exploradas pelos diversos grupos armados ilegais. A disponibilidade e o acesso fácil das plantações e o alto valor de mercado seduzem as guerrilhas de esquerda e de direita, que aos poucos vão incorporando o negócio como base de suas economias. Nesse ínterim, o transbordamento do problema doméstico colombiano se avulta, ao mesmo tempo em que colide frontalmente com a política de segurança nacional dos EUA. Cada vez mais, a chaga colombiana internacionaliza-se e atrai a atenção dos vizinhos e de atores hemisféricos e globais.

Anos 1990 – O Traíra, duas tentativas de acordar a paz sob coordenação internacional e a formação das Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC)

Os riscos decorrentes do transbordamento do problema colombiano chegaram ao Brasil. Em 26 de fevereiro de 1991, o “Comando Simon Bolívar”, das FARC, atacou um Destacamento do Exército Brasileiro, às margens do rio Traíra. Eram instalações provisórias e contavam com apenas 17 militares, dos quais três morreram e nove ficaram feridos (ABDENUR, 2018).

Quanto à situação na Colômbia, o primeiro aspecto a abordar é que, apesar de os embates entre Estado, por meio de suas Forças Armadas, e grupos armados terem aumentado significativamente no período, houve a segunda e a terceira tentativas de acordar a paz.

As Forças Armadas estavam cada vez mais envolvidas nas ações de combate ao inimigo interno. E, por isso, tornaram-se indispensáveis nas

negociações futuras, ao contrário do quadro de indiferença de governos anteriores que corroborou o surgimento dos paramilitares.

O segundo aspecto é que as tentativas de acordo de paz ocorreram nos governos de César Gaviria Trujillo e Andrés Pastrana Arango, cujas propostas foram bem diferentes e não obtiveram êxito. Contudo, as lições aprendidas com a primeira tentativa serviram de base para a segunda; e as lições de ambas seriam a base para um próximo processo.

A segunda tentativa de acordar a paz ocorreu em 1º de junho de 1991, em Caracas, Venezuela, e o Presidente César Gaviria, Partido Liberal, com mandato de 1990 a 1994, procedeu da seguinte maneira: diferentemente de Belisario Betancur, que concedeu anistia ampla aos guerrilheiros, ele resolvera que não seria necessário um cessar-fogo para iniciar as tratativas e que, se preciso fosse, os embates continuariam durante o processo, uma "guerra integral"; convidou Venezuela e México para mediar as tratativas, que foram interrompidas em junho de 1992, em Tlaxcala, México (XYZ, ABCD; SILVA, 2016). O motivo foi a morte do político conservador Argelino Duran Quintero, sequestrado pelo Exército Popular de Libertação (EPL), em 26 de janeiro 1992.

Em 1997, a *Autodefensa Campesina de Córdoba y Urabá* (ACCU), criada nos anos 1980, incorporaram inúmeros outros grupos paramilitares e passaram a denominar-se AUC, com até 30 mil membros. Perpetraram ações diversas, o que incluía violações aos direitos humanos, normalmente em áreas controladas pelas FARC e ELN (VISACRO, 2016; SASSE, 2018).

A opção de Gaviria de endurecer o combate às guerrilhas, apesar de tentar promover um acordo de paz, recrudesceu a violência de tal forma, que construiu um ambiente favorável aos movimentos civis que se sucederiam em torno de um programa profundo de reestabelecimento da paz. O apelo social tornou-se forte o bastante para ditar o tom das campanhas eleitorais seguintes, que tiveram que se comprometer em priorizar o diálogo entre governo e guerrilhas. Essa narrativa definiu as diretrizes do mandato do futuro Presidente Andrés Pastrana.

A terceira tentativa de acordar a paz foi em 7 de janeiro de 1999 e o presidente Andrés Pastrana, Partido Conservador, com mandato de 1998 a 2002, empreendeu negociações com grupos de esquerda e de direita, em consonância com seu plano de governo "*Cambio para construir la paz 1998–2002*": estabeleceu

uma zona desmilitarizada de 42.139 Km², no sudeste do país, onde ocorreriam as reuniões para tratar do acordo de paz e onde não haveria ações de combate contra as FARC; compôs o “Grupo dos Amigos do Processo de Paz com as FARC”, do qual participaram Canadá, Cuba, Espanha, França, Itália, México, Noruega, Suécia, Suíça, Venezuela, organizações diversas e setores da sociedade civil nacional e estrangeira (SILVA, 2016).

A coordenação por meio de vários entes ofereceu maior credibilidade ao processo. Na mesma direção, a grande participação de países de fora da América do Sul mitigaram possíveis desconfianças quanto ao favorecimento a qualquer um dos lados (SILVA, 2016).

Apesar de haver um processo de acordo de paz, plural, com a participação de diversos e distintos organismos nacionais e internacionais, e amplo, que tentava abarcar da esquerda à direita, passando por organizações criminosas, as ações das guerrilhas não cessam, nem as do governo que tinha por obrigação cuidar da segurança interna do país, cuja sociedade estava sendo massacrada e deslocada de suas ocupações originais. Ações violentas, consideradas massacres pela opinião pública internacional, escalaram os embates e mais uma vez o processo de paz foi arrefecendo ao longo do mandato.

Uma diferença significante entre as duas tentativas é que, ao contrário de César Gaviria, que empreendera uma guerra integral, André Pastrana, antes mesmo de iniciar as tratativas, promovia uma política de concessões que, em certa medida, proporcionava tempo para as guerrilhas se reorganizarem e, dessa forma, sustentarem o combate contra as investidas das Forças Armadas (SILVA, 2016). Esse comportamento, comum em governos anteriores, ocorreria outras vezes até o fim mandato, de maneira que as promoções de trégua e cessar-fogo, viabilizavam às guerrilhas, ainda que indiretamente, as condições para que recompusessem a logística e os quadros.

O plano de governo do presidente Andrés Pastrana, que propunha uma solução negociada entre Estado e guerrilhas, não conseguiu atrair todos os investimentos econômicos necessários da comunidade internacional, o que o obrigou repensar a estratégia e a recorrer a uma aliança com os EUA. Dessa vez, os termos seriam outros: o *Plan Colombia,* com visões, estratégias e objetivos norte-americanos. Novamente imperaria na política externa colombiana o *Respice Polum*,

que influenciaria a conduta de Pastrana e o faria endurecer suas decisões progressivamente até o último dia de seu governo (SANTOS, 2010).

Anos 2000 – O *Plan Colombia*, a desmobilização das AUC, o Plano Patriota e os "Falsos Positivos"

Os anos 2000 a 2002 para o governo de Pastrana traduziram-se em incontáveis idas e vindas das tratativas do acordo de paz: de um lado a guerrilha comunista, as FARC principalmente, se utilizava da estratégia da alternância de ações: ora políticas, ora militares e não abriam mão de permanecerem em armas; suas ações vez ou outra distendiam de maneira aguda a relação de confiança com o governo; do outro, os paramilitares, "fora dos holofotes" e relativamente livre de pressões, cresciam juntamente com o narcotráfico, sua base econômica, e impunham grandes derrotas aos interesses das guerrilhas de esquerda, traduzindo-se em significativo obstáculo ao processo de paz entre comunistas e governo.

Entre o final do governo Pastrana e o início de Uribe, estudos acadêmicos e militares dos EUA davam conta da necessidade de as Forças Armadas colombianas se prepararem para desenvolver ações de contrainsurgência. O *Plan Colombia* foi a resposta. Bilhões em investimentos nas forças armadas e policiais. Concorreu para o sucesso do plano as ações de Uribe de guerra aberta contra as FARC e de controle territorial (FONSECA e AZEVEDO, 2018).

Com o advento dos ataques às torres gêmeas, em Nova York, em 11 de setembro de 2001, a conduta de endurecimento de Pastrana foi catalisada. A já adotada política antidrogas aliada ao antiterror elevariam os níveis das ações do Estado contra as guerrilhas ao seu ponto máximo.

Em 20 de fevereiro de 2002, a tomada de um avião para o sequestro de um congressista foi a gota d´água para que Pastrana cessasse as tratativas do acordo de paz com as FARC. Três dias depois, em 23, é sequestrada a candidata à presidência Ingrid Betancourt (TERRA, 2012; SASSE, 2018).

Estados Unidos, União Europeia (UE), Grupo do Rio e OEA apoiaram a Colômbia; Venezuela e ONU lamentaram o cancelamento das tratativas de paz.

Em 2002, Álvaro Uribe ganhara as eleições em maio e assumiria o poder em 7 de agosto, em meio a atentados a bomba contra a sede presidencial e outras repartições do Estado, que resultaram em 21 mortos. Sua gestão caracterizara-se

pela dureza com que tratou as relações com a guerrilha, no contexto do seu plano de governo, o “Plano de Segurança Democrática”: embates e nenhum entendimento (SANTOS, 2010; TERRA, 2012; SASSE, 2018).

Em 2003, após longas negociações, aproximadamente 32 mil paramilitares de diversos grupos, incluindo os principais líderes das AUC, se desmobilizaram. No entanto, apesar dos avanços expressivos para retirar, da complexa equação das tratativas do processo de paz, esse *player* importante, não houve unanimidade e muitos dos quadros fracionados dividiram o então monopólio da violência das antigas AUC e continuaram em operação (VISACRO, 2016; SASSE, 2018).

Em 2004, com apoio do Comando Sul norte-americano, Uribe lançou o Plano Patriota, a maior operação militar contra as guerrilhas comunistas, quando empregou 18.000 homens, sobre as regiões de quatro Departamentos, onde funcionavam as bases de comando, os campos de treinamento e as zonas de retaguarda (SANTOS, 2010).

Em junho de 2005 é aprovada a Lei de Justiça e Paz, uma ampla anistia para membros dos grupos paramilitares, com o objetivo de alcançar dissidentes do acordo de 2003 (SASSE, 2018).

O primeiro mandato de Uribe se destaca pela obtenção de investimento externo, pelo fortalecimento do Estado e pela melhoria da percepção de segurança no país, em especial nos centros urbanos. Conseguiu o apoio incondicional da sociedade, já desgastada por décadas de opressão advinda das guerrilhas e dos paramilitares. Sua aprovação chegou a 80%. Em 2006, Uribe é reeleito.

Em 2007, são detidos pela primeira vez políticos da direita colombiana, inclusive aliados de Uribe (SASSE, 2018).

Em 5 de fevereiro de 2008, cinco milhões de pessoas vão às ruas, na Colômbia e no exterior, protestar contra as FARC e reivindicam a liberdade de reféns mantidos em cativeiro pela guerrilha (TERRA, 2012).

Em 1º de março de 2008, Raúl Reyes, o número dois das FARC, é morto pelas Forças Armadas colombianas na fronteira com o Equador. Naquele evento, computadores são apreendidos com informações de alto valor militar, contendo estratégias e informações de caráter econômico da guerrilha (TERRA, 2012).

Em 24 de maio de 2008, morreu Manuel Marulanda "Tirofijo", vítima de infarto, tendo sido substituído no Secretariado por Alfonso Cano. Em 2 de julho, pela

“Operação Xeque”, as Forças Armadas da Colômbia resgataram Ingrid Betancourt, três americanos e 11 reféns (TERRA, 2012).

Em setembro de 2008, fora comprovado pela primeira vez o assassinato de um inocente civil por militares das Forças Armadas, em troca das recompensas prometidas por Uribe, quando eliminavam rebeldes, principalmente das guerrilhas comunistas. O evento, batizado de "Falsos Positivos", teria matado mais de três mil pessoas, entre 2004 e 2008 (SASSE, 2018).

O segundo mandato de Uribe foi afetado pela mudança de governo de seu maior aliado, os EUA. Os democratas fazem uma releitura do apoio à Colômbia, que teve sérias dificuldades em cumprir a nova agenda. Ainda assim, seu substituto receberia uma Colômbia saneada política e economicamente (SANTOS, 2010).

As FARC e o ELN, apesar de não terem sido extintos, vieram sofrendo baixas significativas em combates e deserções em massa, devido ao receio dos avanços e êxitos das ações militares contra a estrutura e os quadros (SANTOS, 2010).

Por outro lado, no período de 1999 a 2009, as Forças Armadas colombianas tiveram aumento de efetivo de 145.000 para 431.000 (FONSECA e AZEVEDO, 2018).

Anos 2010 até o acordo de paz em 2016 – O dilema da fragmentação e as características da quarta tentativa de acordar a paz

Em junho de 2010, foi eleito presidente da Colômbia Juan Manuel Santos, Ministro da Defesa de Uribe, desde 2006. Ao contrário do que se imaginava, não deu continuidade à política de combate implacável e de não negociação (DARIO, 2014).

Seu programa de segurança, após análise da conjuntura, identificou as seguintes ameaças de longo prazo: “a fragmentação desses grupos armados; e a construção de milícias no nível local que defendem seus interesses elegendo representantes políticos comprometidos com sua organização criminosa” (DARIO, 2014).

A fragmentação já havia sido experimentada ainda em 2003, quando da desmobilização das AUC. Originaram-se novos grupos armados ilegais, sem liderança centralizada e sem agenda política comum, a partir da qual se pudesse

negociar. Essa era a memória a que se referiam as preocupações de Santos, objetivamente caracterizada por Dario (2014, p. 8) como dilema das fragmentações:

> A desmobilização dos paramilitares levou à criação de vários desses grupos, e uma fragmentação das FARC tende a não somente viabilizar alianças táticas no nível local, mas também a levar à utilização mais explícita de civis no teatro de operações, dificultando a distinção entre combatentes e não combatentes e aumentando os dilemas éticos que se impõem por ocasião da intervenção do governo em determinados espaços.

Em 23 de setembro de 2010, faleceu o chefe militar das FARC, Jorge Briceño, vítima de um bombardeio das Forças Armadas. Em 4 de novembro de 2011, foi a vez do líder máximo das FARC, Alfonso Cano, abatido em uma operação militar (TERRA, 2012).

Em 2011, governo e FARC reuniram-se em Cuba, secretamente, para alinhavar os termos do acordo de paz (DARIO, 2014).

De fevereiro a maio de 2012, as Farc libertaram os últimos militares e policiais ainda cativos, bem como o jornalista francês Romeo Langlois, capturado durante um combate entre guerrilha e Exército; e suspenderam em definitivo o sequestro de civis (TERRA, 2012).

Em 26 de agosto de 2012, Juan Santos dá início à quarta tentativa de acordar a paz com as FARC, depois de mais de uma década longa e sangrenta, com a assinatura do Acordo Geral, em Havana. A mediação foi levada a feito por Cuba e Noruega (DARIO, 2014).

Se em uma negociação é desejável estar em condições superiores as da outra parte, o governo colombiano nunca esteve tão bem posicionado. Dario (2014, p. 6) circunstancia precisamente como era relação de forças entre as partes no alvorecer daquele que seria o mais duradouro acordo de paz:

> No dia 4 de setembro de 2012, o presidente Juan Manuel Santos confirmou publicamente que estava em contato com as FARC com o objetivo de alcançar uma fórmula que pudesse levar ao fim do conflito. Diferentemente do cenário em que o último processo de paz tomou lugar, desta vez, o contexto era marcado pelo debilitamento militar das FARC: nos últimos anos, o grupo sofreu uma baixa de contingente, perdeu legitimidade política, viu seus principais líderes serem assassinados e sua capacidade de mobilidade e comunicação seriamente comprometida. Embora ainda possuam poderio militar, as FARC estão cada vez mais expostas ao risco de fragmentação. Por sua vez, o governo colombiano buscou construir, nos últimos dez anos, uma sólida supremacia militar, de modo a tirar da guerrilha a posição de iniciativa no combate. Contudo, não está claro se

> seria possível ou mesmo eficiente partir para uma vitória militar definitiva, e a maioria dos analistas não acredita que isso seja factível.

Nessa esteira, apesar da vantagem de condições, o governo nunca esteve à vontade para negociar. Havia fortes pressões populares em torno do conteúdo do Acordo Geral, que compreendia, sucintamente: “i) reforma agrária; ii) participação política; iii) desmobilização e término do conflito; iv) soluções para o problema das drogas ilícitas; e v) vítimas” (DARIO, 2014, p. 10).

O item participação política das FARC no processo de ressocialização dividiu a sociedade, porque atingia objetivamente as convicções dos opositores do acordo de paz. Essa insatisfação colocou o processo em “xeque” e monopolizou os meios de comunicação. Somado a isso, em 2013, uma série de manifestações populares concorreram para degradar a popularidade de Juan Santos, às vésperas do pleito, onde tentaria a reeleição.

Mesmo com forte oposição, em 2014, Juan Santos é reeleito. No conjunto de ações para tentar reduzir o número de *players* na equação do processo de paz, depois de já bem encaminhadas as tratativas com paramilitares e FARC, o próximo passo do governo colombiano foi anunciar conversações com o ELN.

Nesse ínterim, mais uma vez as relações com as FARC são abaladas e sucedem-se interrupções e reaberturas nos entendimentos, devido a ações militares de ambos os lados. Até que em 23 de setembro de 2015, em Havana, governo e FARC aceitam assinar um termo de paz em até seis meses. Devido a discordâncias nos termos do acordo, o prazo expirou e a assinatura fora postergada (SASSE, 2018).

Em 30 de março de 2016, depois de inúmeros encontros secretos desde 2014, o governo da Colômbia e o ELN anunciaram o início de um processo formal de diálogos de paz (SASSE, 2018; ABDENUR, 2018).

Em junho de 2016, o acordo de paz entre governo e FARC foi concluído e o cessar fogo definitivo assinado na presença do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. Em 24 de agosto, o Acordo Final foi assinado pela representação das partes, bem como pelos embaixadores de Cuba e da Noruega, na condição de fiadores.

Mais uma vez, a sociedade imprimiu forte oposição e em 2 de outubro, por 50,22% o conteúdo do acordo fora rejeitado, em plebiscito que contou com somente 37% de todos os eleitores.

Em 30 de novembro, o Parlamento colombiano ratifica o acordo, porém se vê obrigado a promover uma série de alterações no texto original, fruto da reprovação de alguns dos termos do acordo.

Em 27 de agosto de 2017, em sessão das FARC, é reiterado o compromisso com a paz e a sua operação como partido político – com a legenda FORÇA ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA DO COMUM.

Representantes das FARC participam do pleito parlamentar de 11 de março de 2018. Não obtiveram votação expressiva, mas, como acertado em acordo, foram contemplados com cinco assentos em cada uma das duas casas legislativas. “O partido conservador do antigo presidente Álvaro Uribe foi o grande vencedor do pleito” (SASSE, 2018).

Estes foram os eventos mais relevantes das FARC, enquanto ator já neutralizado e reintroduzido na vida nacional colombiana.

A partir de agora, é mister abordar especificamente o que aconteceu com a fração que não aderiu ao processo de paz e que se conformou em outras organizações.

Até este ponto, foram descritos os eventos históricos que viabilizassem o entendimento do problema colombiano, com ênfase naqueles que explicam as FARC, como, por exemplo, suas grandes capacidades de combate, de influir na expressão política do poder nacional e de resiliência, principalmente.

Anos pós-acordo de paz – As dissidências

Nesta parte da apresentação dos dados, pontuar-se-á o problema dos dissidentes das FARC e seus desdobramentos, que podem impactar a segurança e defesa do estado do Amazonas.

Para este trabalho de pesquisa, o acordo de paz em si não é mais significativo por ser uma ferramenta, a partir da qual uma parte cobrará cumprimento à outra, e que até pode vir a traduzir-se em gargalos ao processo, mas, por representar um divisor de águas, um ponto de inflexão na história.

Em conceito, a expectativa era de uma paz plena e ampla, no sentido de afrouxar e cicatrizar o debilitado tecido social. Todavia, o acordo foi um fato gerador de significativa perturbação do “estado das coisas”, porque desmantelou uma estrutura forte, robusta, mas previsível, em várias pequenas outras, não menos potentes e agora desconhecidas e instáveis.

E nesse ínterim, os temores do governo do Presidente Juan Santos se concretizaram e o acordo de paz resultou em dissidentes, que levaram consigo as capacidades de combate e de resiliência das FARC.

As dissidências têm relação direta com as dificuldades na condução dos termos do acordo, cuja fragilidade, segundo Vaz (2017), se dá em três níveis: as dificuldades próprias de operacionalizar qualquer projeto, acentuadas por restrições de ordens política e econômica e objeções de setores da sociedade para com as FARC; a falta de vontade política, face à polarização existente com a campanha eleitoral em curso; e o que ele chamou de:

> [...] externalidades do próprio Acordo de Paz quanto à dinâmica da criminalidade e da delinquência, ou seja, o eventual recrudescimento de espirais de violência associada à criminalidade organizada no território colombiano como parte do reposicionamento das estruturas do tráfico de drogas e de armas a partir do território colombiano e sua adaptação ao contexto doméstico e regional decorrente da implementação do acordo de paz (VAZ, 2017, p.4).

A seu turno, Knauf (2017) apresenta três causas para as dissidências, a começar pela derrota do “sim” no plebiscito de 2 de outubro de 2016. Desta data até o novo acordo, no final de novembro, os guerrilheiros ficaram à margem da lei, considerando que já não podiam mais desenvolver suas atividades econômicas – a prática de ilícitos, grosso modo: extorsão, sequestro e drogas; nem recebiam auxílio do Estado para se manterem. A insegurança jurídica levou muitos guerrilheiros a retomarem suas práticas criminosas, normalmente nas áreas que já dominavam.

Outra causa teria sido a remuneração mensal estabelecida no valor de US$ 280.00 (duzentos e oitenta dólares), muito abaixo do que poderiam auferir com o narconegócio e que inclusive estava disponível e lhes era acessível. Muitos preferiram permanecer na marginalidade (KNAUF, 2017).

Por fim, segundo Knauf (2017, p. 23): “parte da guerrilha vê o acordo de paz como uma rendição. Para os mais veteranos e, portanto, mais ideologizados, ainda

apegados a princípios marxistas, pactuar com um governo de centro-direita é uma derrota".

Tão importante quanto à reinserção política é o estabelecimento de perspectivas econômicas e o amparo social, que devem ser levados a efeito por meio de programa adequado, efetivo e oportuno, a fim de evitar que haja mais dissidências. Nesse sentido, Vaz (2017, p. 4) exemplifica casos homólogos ao que vem atingindo a Colômbia, desde a gênese do seu processo de paz:

> Experiências anteriores, como no caso de El Salvador e também de inúmeras operações de paz da ONU, demonstram que a falta de estratégias e condições apropriadas para reinserção econômica e social alimenta a informalidade e a delinquência, nutrindo o crime organizado, e gera, em curto espaço de tempo, o retorno da violência armada.

Apesar de ter sido levado a efeito um acordo de paz com o maior grupo armado ilegal, a conjuntura colombiana ainda é bastante desruptiva no que tange à estabilidade social. Para Vaz (2017), o cenário aponta para uma recidiva das formas tradicionais de violência, promovida não mais pelas FARC, mas por novos e antigos grupos e alianças, com vistas a ocupar as áreas outrora controladas pela guerrilha comunista, de maneira a se apropriar dos ativos nelas existentes, como já ocorreu com a mineração ilegal, por exemplo.

Esse cenário tende a transbordar e deverá impactar os países lindeiros. Sobre esse aspecto, Vaz (2017, p. 5) faz uma análise objetiva:

> [...] a adaptação das estruturas do crime organizado ao que denominamos uma nova geografia política dos ilícitos com reflexos no entorno vicinal colombiano que merecem ser igualmente dimensionados, na medida em que comportam a possibilidade de adensamento, no território colombiano, de estruturas de produção e tráfico em razão das disputas pelo comando em territórios antes dominados sobretudo pelas FARC, o que traz consigo, como já observado no contexto centro-americano e no México e, em certa medida também na América do Sul, uma aproximação do crime organizado com grupos delinquentes e uma esteira de violência difusa.

No curso das tratativas para o acordo, houve um evento de dissidência *suis generis*, a de Gentil Duarte, um dos cinco membros da cúpula das FARC. Duarte havia sido incumbido de ir ao encontro da Frente Primeira e de liderá-la pessoalmente, tendo em vista a animosidade de seus integrantes, que não estavam alinhados com o processo de paz. Duarte se uniu aos dissidentes e a Frente Primeira abandonou o acordo (VAZ, 2017).

Esse bloco era um dos mais importantes das FARC. Sua rede de contatos incluía diversos atores internacionais, inclusive o Comando Vermelho brasileiro. E foi o responsável pelos mais célebres sequestros como o de Ingrid Betancourt (VAZ, 2017).

Em 2016, à época do acordo, as FARC tinham um efetivo de pouco menos de 8.000 combatentes. O governo já esperava que a adesão não fosse unânime. Inicialmente, dados oficiais estimaram que o número de dissidentes estava entre 5 e 7 por cento, o que fora tido como indicador de sucesso. Todavia, em 2018, já se admitia um total superior a 1.000 combatentes. Havia ainda estimativas que apresentavam números acima de 20 cento, ou seja, de 2.500 a 3.000 (FONSECA e AZEVEDO, 2018).

Vanegas *et al* (2018) consolidaram de maneira criteriosa e pormenorizada dados acerca das dissidências das FARC, que mantiveram dezenas das estruturas originais, por região de influência e ações atribuídas – figura 9 (anexo A); das dissidências que podem vir a ocorrer e suas áreas de influência – figura 10 (anexo A); da porcentagem de ações confirmadas atribuídas às dissidências na Colômbia (por departamento) e Equador – figura 11 (anexo A); e do número de ações confirmadas atribuídas às dissidências na Colômbia (por departamento e município) e Equador – figura 12 (anexo A). O que ilustra precisamente o vulto do fenômeno das dissidências.

Diante dos números, o governo teme que os dissidentes sejam também recrutados pelo ELN ou pelas *Bandas Criminales* (BACRIM), devido à experiência que têm em combate e em todas as fases do narconegócio, além de serem profundos conhecedores do ambiente operacional. E isso de fato ocorreu. O ELN tem recrutado dissidentes e tem ocupado o vazio deixado em áreas que antes eram domínio das FARC. Por sua vez, os combatentes egressos das FARC têm significativa afinidade com o ELN, tendo em vista que já operaram juntos em outras ocasiões e por haver concordâncias ideológicas (FONSECA e AZEVEDO, 2018).

Da mesma forma, FARC e BACRIM operavam juntas, quer sejam em alianças estratégicas para coordenação das ações de combate, quer seja na condução do narconegócio e da mineração ilegal. Dessa maneira, muitos dissidentes acederam às BACRIM, que, inclusive, como a de *Urabeños*, pagavam US$ 600.00 (seiscentos dólares) de salário, valor superior aos US$ 280.00 propostos pelo governo (FONSECA e AZEVEDO, 2018).

Ainda sobre o ELN, é mister lembrar que é uma das mais expressivas organizações armadas ilegais em operação na Colômbia, que conta não só com dissidentes das FARC, mas também exploram as áreas outrora por ela geridas. Fonseca e Azevedo (2018, p. 9) trazem uma abordagem para explicar o porquê das dificuldades enfrentadas pelo governo colombiano, desde 2017, para promover acordo de paz análogo ao das FARC, de forma a abarcar todo o grupo:

> Uma explicação para esta dificuldade reside no fato de que a estrutura da ELN, ao contrário da estrutura hierárquica vertical das FARC, é uma estrutura mais horizontalizada, cujas pressões verticais são menos percebidas. Por isso, enquanto uma determinada frente negocia com o governo sua desmobilização, uma outra sequer cogita tal proposta, continuando suas atividades criminosas sem ser molestada pela direção do grupo guerrilheiro, e nem mesmo pelas suas outras frentes.

De volta aos dissidentes, é mister pontuar que eles ainda são tão importantes quanto o foram as FARC, com características que os tornam um problema ainda maior, por conta da imprevisibilidade. O *Insight Crime* (*apud* FONSECA e AZEVEDO, 2018, p. 9) faz a seguinte análise:

> [...] dissidentes das FARC já teriam supostamente constituído grupos criminosos que, sem a hierarquia característica das FARC, operariam segundo os interesses comerciais/criminosos de seus líderes, e não como uma força insurgente e coesa. Segundo algumas fontes, tais grupos formados por dissidentes já teriam, supostamente, dominado corredores de drogas que levam à Venezuela e ao Brasil, formando uma rede de fornecedores capazes de oferecer serviços que vão desde a produção ao transporte da droga através das fronteiras colombianas.

Outro aspecto crítico é o fato de que, em 2017, lideranças das FARC contrárias ao acordo de paz foram expulsas e, uma vez livres da hierarquia tradicional, constituíram grupos armados ilegais, que passaram a ser conhecidos por FARCRIM. Para analistas, essas expulsões criaram outro grave problema, porque esses líderes têm carisma, competências e exercem forte liderança sobre outros dissidentes (FONSECA e AZEVEDO, 2018).

O vácuo deixado pela estrutura colossal das FARC criou, abruptamente, um leque de oportunidades de negócio criminoso. As organizações armadas ilegais aproveitaram-se da conjuntura, livre das amarras da ideologia e da hierarquia a que eram submetidos, e focaram o narconegócio e a mineração ilegal, em escala que supera as fronteiras colombianas.

Para Fonseca e Azevedo (2018, p. 10), o transbordamento desses problemas para o Brasil vem acontecendo de duas maneiras: primeiramente, quando o governo colombiano incrementa as ações de repressão contra os grupos armados ilegais, acaba por forçá-los a buscar homizio em território brasileiro, com o apoio de seus aliados; e segundo, por meio das alianças meramente comerciais com seus parceiros transfronteiriços. E exemplificam:

> Já existem relatos indicando que grupos tais como a FDN e o PCC já possuem alianças com BACRIM colombianas como *Caqueteños, Oficina del Envigado*, e *Los Urabeños*, que, por sua vez, relacionam-se com as FARC. Estas mencionadas BACRIM estão envolvidas no tráfico internacional de cocaína, e organizam, junto à FDN e ao PCC, o transporte transfronteiras do entorpecente. Esta droga, transportada por eles, tem como destino o mercado brasileiro (principalmente sudeste do país), mercado europeu (diretamente por via marítima ou via África Ocidental) e EUA.

Nesse diapasão, apesar de o acordo de paz ter sido tratado como bem sucedido, e o foi se considerar que o maior grupo armado ilegal está desarticulado, o problema da violência, orgânica no país, não foi solucionado como mostram as figuras 13 e 14 (anexo B) de Canuto *et al* (2017, p. 228):

Essas práticas criminosas ocorrem em alguma medida nas áreas que antes ocupavam as FARC. Porém, perpetradas por um oponente menos disciplinado e muito mais difuso. Normalmente conformados em alianças situacionais, vocacionadas à perpetuação dos negócios. E o Brasil está no meio do caminho, como se pode observar na figura 15 (anexo C) construído por Vanegas *et al* (2018, p.72).

No meio dessa complexa conjuntura, é importante lembrar que a violência é sustentada pelo emprego das armas, sem o que jamais teria sido possível a qualquer dos grupos ilegais sobreviver. E se os números e outros indicadores já apresentados sobre os dissidentes impressionam, mais impactante ainda é o de armas, munições e outros artefatos bélicos típicos de guerras de grande porte.

Como parte do acordo de paz, depois de estabelecidos em *Zonas Verdales Transitorias de Normalización* (ZVTN) e em *Puntos Transitórios de Normalización* (PTN), os combatentes das FARC aguardariam o momento, em que fariam a deposição das armas. Relatório preliminar das próprias FARC dava conta de um total de 14.000. Todavia, em agosto de 2017, a ONU comemorou a devolução de mais de 8.000 armas e

considerou que as FARC não eram mais um grupo armado (FONSECA e AZEVEDO, 2018).

Nesse ínterim, restou um claro de quase 6.000 armas. Desde o início, o número de 14.000 já era questionado por especialistas, que não tinham consenso quanto à dimensão do arsenal. E agora se atribuía essa diferença à existência de *caletas*, que são esconderijos para armas e dinheiro. Foram assinaladas 998 *caletas*, nas quais havia quase 330.000 munições, 22 toneladas de explosivo, 4.000 granadas de mão, 1.800 minas terrestres e mais de 1.000 munições de morteiro. Ao final do processo de entrega, que foi postergado algumas vezes, o número de armas chegou a 8.994 unidades (FONSECA e AZEVEDO, 2018).

4.1.2 O Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental

Na Amazônia Ocidental, a estrutura do Exército brasileiro responsável por cumprir sua missão constitucional é o Comando Militar da Amazônia (CMA), composto por uma Região Militar, quatro Brigadas de Infantaria de Selva, um Grupamento de Engenharia e diversas Organizações Militares Diretamente Subordinadas (OMDS) e Vinculadas (OMV), com alcance nas unidades da federação do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima.

Nesta pesquisa, o foco foi sobre o Estado do Amazonas, exclusivamente, com o fito de atender a limitação proposta, o que não impactará a abrangência dos dados apresentados, mas, tão somente, as análises, quando dos resultados de pesquisa.

4.1.2.1 Missão institucional e Estruturação

A missão institucional do CMA, constante de seu sítio eletrônico é a seguinte:

> **1**. A fim de possibilitar ao Exército a defesa da Pátria, este C Mil A deverá estar em condições de:
> a. em tempo de paz, participar na dissuasão de ameaças aos interesses nacionais; e
> b. [...]

> **2**. A fim de contribuir para a garantia da lei e da ordem e dos poderes constitucionais, o Exército deve manter-se em condições de ser empregado em sua área de responsabilidade, em situação emergencial e temporária, depois de esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, conforme relacionados no **Art. 144 da Constituição Federal**.
> **3**. Ficar em condições de participar de operações internacionais, de acordo com os interesses do País, bem como em ações subsidiárias, participar do desenvolvimento nacional e da defesa civil, conforme a **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999 – Presidência da República**.

A Lei Complementar nº 97, em seus Artigos 16-A e 17-A, pontuada na missão do CMA, apresenta a fração da missão constitucional de interesse desta pesquisa:

> Art. 16A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na **faixa de fronteira terrestre**, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, **contra delitos transfronteiriços** e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:
> I - patrulhamento; (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010).
> II - revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010).
> III - prisões em flagrante delito. (Incluído pela Lei Complementar nº 136, de 2010).
> Parágrafo único. As Forças Armadas, ao zelar pela segurança pessoal das autoridades nacionais e estrangeiras em missões oficiais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, poderão exercer as ações previstas nos incisos II e III deste artigo.
>
> Art. 17A. Cabe ao Exército, além de outras ações pertinentes, como atribuições subsidiárias particulares:
> I – contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao Poder Militar Terrestre;
> II – cooperar com órgãos públicos federais, estaduais e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia, sendo os recursos advindos do órgão solicitante;
> III – cooperar com órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução;
> **IV – atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:**
> **a)patrulhamento;**
> **b) revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e**
> **c) prisões em flagrante delito.**

Além do Art. 144 da CF e da Lei nº 97/99 com suas atualizações, há outras legislações, bem como portarias internas do Comando do Exército e outras normas específicas, que regem a gestão das ações de segurança e defesa atribuídas ao CMA.

E essas ações são desenvolvidas ao longo de todo o ano, dentro do contexto do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, que é operacionalizado por meio das Operações Sentinela, Porteira Fechada e Ágata. Todas elas são conduzidas em conjunto com as demais forças singulares e com outras agências governamentais, como o Departamento de Polícia Federal (DPF), Secretaria da Receita Federal (SRF), Ministério da Defesa (MD), etc.

A Operação Sentinela tem como objetivo, dentre outros, a investigação de crimes transnacionais, o que é conduzido pelo DPF. A Operação Porteira Fechada foca o combate ao contrabando e ao descaminho, tem ênfase a SRF. E a Operação Ágata, tem por missão intensificar a presença do Estado brasileiro junto à faixa de fronteira, com gestão do MD.

Quanto à estruturação do CMA, constante da figura 16 (anexo D), para o cumprimento de sua missão institucional, é mister esclarecer que as Brigadas (Bda) são as grandes unidades operacionais, a Região Militar (RM) é a organização que desenvolve as atividades logísticas e administrativas, o Grupamento de Engenharia (Gpt E) é o responsável pelo estabelecimento das infraestruturas e as OMDS complementam os meios necessários para o apoio ao comando.

Dentre essas organizações de interesse objetivo para a pesquisa estão as operativas, situadas nos Estado do Amazonas, o que inclui o próprio CMA, sediado em Manaus; as 2ª e 16ª Brigadas de Infantaria de Selva (Bda Inf Sl), situadas em São Gabriel da Cachoeira (SGC) e Tefé, respectivamente; os 5º e 8º Batalhões de Infantaria de Selva (BIS), situados em SGC e Tabatinga, respectivamente, e seus Pelotões Especiais de Fronteira (PEF), nas localidades de Yauaretê, Querari, São Joaquim, Cucuí, Maturacá, Pari-Cachoeira e Tunuí, sob o comando do 5º BIS, e Palmeiras do Javari, Ipiranga, Vila Bitencourt e Estirão do Equador, do 8º BIS; o 1º BIS, em Manaus, sob comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Bda Inf Sl) com sede em Boa Vista/RR, e o 54º BIS, em Humaitá, sob comando da 17ª Bda Inf Sl, com sede em Porto Velho/RO; e as OMDS: 4º Batalhão de Aviação do Exército (BAvEx), 1º Batalhão de Comunicações de Selva (B Com Sl), 4ª Companhia de Inteligência (Cia Intlg) e 3ª Companhia de Forças Especiais (Cia FE), todas sediadas em Manaus/AM.

4.1.2.2 Posição no terreno

A fronteira do Brasil com a Colômbia possui 1.790 Km, por onde cruzam os rios Solimões, Içá, Japurá, Uaupés e Negro. Considerando o tipo de cobertura vegetal e a inexistência de rodovias e ferrovias, que liguem os dois países, o único curso transitável é o dos rios, sendo estes os logradouros da região amazônica.

Os ilícitos são conduzidos pelas hidrovias, respeitando-se o regime dos rios, grosso modo ora de cheias no inverno, novembro a abril, ora de vazante no verão, de maio a outubro.

E não há como cobrir longas distâncias por terra, tendo em vista os óbices de se deslocar por entre a vegetação densa, que recobre uma topografia significativamente acidentada, transportando grandes volumes e massas de carga.

O transporte aéreo sempre foi uma opção para cobrir essas longas distâncias. Todavia, aeronaves a jato e as de médio e grande porte precisam voar a altitudes maiores, o que as expõem à detecção radar. Dessa maneira, a quase totalidade das aeronaves utilizadas é de pequeno porte, porque podem voar baixo para se esquivar dos radares. Um inconveniente é que voar baixo aumenta o consumo de combustível, o que vai demandar abastecimento em quantidade compatível com o trecho planejado. E quanto mais combustível, menos disponibilidade para transportar carga. O que ocorre é que o transporte aéreo acaba ficando caro, porque são necessárias diversas viagens a alto custo.

Outro fato que tem impactado o transporte aéreo de ilícitos é a possibilidade e a capacidade de a Força Aérea detectar, interceptar e deter a aeronave, em voo, se necessário. Isso é resultado da regulamentação da “Lei do Abate”, que promoveu a segurança jurídica adequada para que as tripulações e as autoridades aeronáuticas pudessem empregar o poder aéreo. E já há vários exemplos de aeronaves que foram obrigadas a pousar ou que foram detidas em voo. Desde o início da aplicação sistemática da “Lei do Abate”, o número de tráfegos aéreos desconhecidos (TAD) caiu de forma abrupta.

Um expediente utilizado pela Força Aérea é a realização de campanhas de Defesa Aérea na vazante, quando a navegação fluvial torna-se difícil ou impossível, devido ao regime dos rios. Nesse período, há uma maior probabilidade de aumento nos números de TAD.

Considerando as características do ambiente em que se desenvolvem os ilícitos e as peculiaridades dos modais, o melhor custo-benefício ainda é o

deslocamento por embarcações, porque transportam grandes quantidades de carga a custos menores, e nesse sentido os rios acabam por assumir importância em alto grau.

Para executar as ações de segurança e defesa atribuídas ao CMA, a distribuição no terreno das organizações operativas tem o fito de atender aos princípios da presença, da dissuasão e da prontidão e estão dispostas conforme figura 17 (apêndice A).

4.1.2.3 Dados de coleta – ilícitos catalogados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas

Os dados sistematizados por meio de mapas constam das figuras 18 a 22 (apêndice B), nos quais foram apontadas as localidades onde houve apreensão de drogas no período de 2015 a 2019.

O dado mais evidente é que as localidades onde houve apreensão estão na calha do rio Solimões ou em localidades próximas a ele. Outra consideração é que a quase totalidade dessas localidades está na margem de algum rio.

Ainda, no ano de 2016 há apreensões em grande número de localidades, o que contrasta com os anos de 2015, 2017, 2018 e 2019. É mister lembrar que nos mapas não há qualquer alusão a quantidade de drogas apreendida. E não se pode dizer que houve um aumento da oferta de drogas em 2016 porque as forças de segurança podem ter atuado de maneira diferente naquele ano, resultando em apreensão em mais localidades que nos outros anos.

Por fim, outro dado evidente é que o tráfico de drogas não descontinuou depois de 2016.

Os dados sistematizados por meio de gráficos constam das figuras 23 a 26 (apêndice C), onde foram compiladas as quantidades de drogas, de armas e de munições apreendidas nas cidades de Manaus e do interior do estado do Amazonas e nas bases Anzol e Sentinela entre os anos de 2015 a 2019.

Os gráficos, diferentemente dos mapas, apresentam somente as quantidades de drogas, de armas e de munições apreendidas, ignorando as localidades.

Apesar do pouco espaço amostral e da impossibilidade de se relacionar o sucesso ou o fracasso das apreensões à atuação das forças de segurança, observa-

se atividade continuada de tráfico de drogas, de armas e de munições, mesmo depois de 2016.

4.2 RESULTADOS DE PESQUISA

4.2.1 As FARC e o acordo de paz

4.2.1.1 *Process Tracing* – matriz e análises decorrentes

Considerando o problema proposto – de que forma a celebração do acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC impactam as ações de segurança e defesa do Exército Brasileiro – e a partir da análise da matriz constante da figura 27 (apêndice D), os resultados de pesquisa foram os seguintes:

Análise 1

Inicialmente, propõe-se de maneira resumida um modelo do que foram os "motores" das FARC, que lhe deram vida e mantiveram-nas operativas por tanto tempo.

A Colômbia viveu os últimos dois séculos em conflitos da amplitude de guerras civis. Fruto da polarização da sociedade em lados políticos distintos. Conservadores e Liberais lutaram por poder inúmeras vezes. Em outras, combinaram o revezamento do poder. As lutas políticas eram travadas nas urnas e pelas armas. Ambos se utilizavam de grupos de justiça privados, todavia, quando no poder, utilizavam-se, também, das estruturas do Estado para submeter o adversário. Esse ciclo vicioso foi a causa do tempo mais sombrio da Colômbia: *La Violencia*. Nesse período, grupos armados ilegais Liberais depuseram as armas, em uma tentativa unilateral de provocar a paz. Foram dizimados. Parte dos quadros foi cooptada pelo PCC. Havia violência e disputas por poder político.

Independentemente de quem estivesse no poder, fração da sociedade isolada pela miséria no campo continuava à margem do processo político e à margem da sociedade. Essa distância imposta pelo Estado criou um vácuo, um vazio que fora ocupado pelo Partido Comunista da Colômbia, em operação desde 1923, alinhado com o movimento comunista internacional. O PCC organizou esses camponeses em grupos, que se tornaram, em algum momento, expressivos. A

ideologia correspondia às frustradas perspectivas sociais dos camponeses, que passaram a receber dos comunistas o alento ignorado pelo governo. E como o uso das armas era uma prática, esses grupos utilizaram-se delas para defender suas terras dos adversários. Ficaram conhecidos como autodefesas e impuseram significativo respeito entre os latifundiários. Agora havia a ideologia marxista-leninista promovida pelo PCC, a *expertise* dos guerrilheiros Liberais cooptados e os camponeses como massa de manobra. Origem das guerrilhas camponesas.

A conjuntura era a da Guerra-Fria (eixo global da matriz). A revolução cubana, de viés socialista, era recente e preocupava o governo colombiano, que, em 1964, atacou guerrilhas camponesas em Marquetalia. Em vez de debilitar a força das guerrilhas camponesas, a ação fez com que elas se unissem. Em 1965, grupos armados ilegais compostos por camponeses, sob a liderança do PCC criaram as FARC. A partir deste momento, as FARC passariam a lutar também pelo poder político, com o uso sistemático das armas e da violência, tão bem conhecida no país.

A manutenção de suas estruturas era muito onerosa e sua economia era baseada em extorsões, sequestros e outros ilícitos. Até que nos anos 1980, as drogas entraram na Colômbia. E eram plantadas e processadas nas áreas muitas vezes controladas pelas FARC. Em pouco tempo, tendo em vista a grande lucratividade do negócio, as FARC assumiram muitas das áreas de plantio de drogas ilícitas, logo em seguida todo o processo de produção – o narconegócio. A guerrilha comunista passou a ser chamada de narcoguerrilha. Com muitos recursos, a resiliência das FARC foi potencializada.

Sinteticamente: a violência, fruto de profundas diferenças sociais e da tradicional polarização política, criou as condições favoráveis para a aceitação e implantação da ideologia marxista-leninista e sua expressão armada, as FARC. Para sustentar suas ações, as FARC se apropriaram do narconegócio.

Dessa forma, propõe-se como os motores das FARC a violência, as armas, aceita em alguma medida na sociedade colombiana; a ideologia, que mantinha camponeses e comunistas conectados sinergicamente para à promoção das mudanças sociais: fim da exploração e a reforma agrária; e o narconegócio, que sustentava a cara operação de uma estrutura complexa.

Para tomar o poder e submeter o Estado colombiano, aplicariam a tese marxista-leninista da “combinação de todas as formas de luta” (PULIDO, 2009, p. 28).

Análise 2

Na esteira da Guerra-Fria (eixo global), criaram-se as condições para a revolução cubana (eixo hemisférico), que por sua vez influenciou o surgimento do ELN (eixo local). A capacidade de influenciar dá a dimensão do alcance da ideologia comunista sobre atores de diversos pontos do globo.

Formaram-se as guerrilhas chamadas de 1ª geração.

Análise 3

A Lei nº 48 (eixo local), de 1968, é consequência do fortalecimento e da expansão dos grupos armados ilegais comunistas. O Exército colombiano poderia treinar grupos civis para combaterem os grupos armados nas áreas rurais.

A Lei nº 48 concorre para o que Pulido (2009, p. 19) afirmou em “a violência como enfermidade social endêmica coexiste com o curso da história colombiana.” e mostra precisamente a disposição daquele Estado em promover a violência e até terceirizá-la.

Esse estado de coisas viabilizou a criação dos grupos paramilitares de ultradireita.

Análise 4

O sucesso das guerrilhas comunistas levou à criação de outras organizações armadas ilegais de viés comunista, como o M–19.

As estruturas das FARC se tornaram mais complexas e foi instituído o Secretariado.

Na década de 1970, formaram-se as guerrilhas de 2ª geração.

Análise 5

Ao longo da década de 1970, o tecido social da Colômbia foi sendo degradado pela violência praticada por diversos *players*, dentre eles: guerrilhas comunistas, paramilitares e grupos criminosos.

As guerrilhas comunistas tinham sua grande motivação na ideologia de escala global, que encontrava campo fértil junto à fração significativa da sociedade; os paramilitares deviam sua existência, à época, ao combate às guerrilhas, mormente às comunistas; e os grupos criminosos, eram os valetes, que se associavam a outros grupos por interesse. Na outra mão, o Estado colombiano, quando não era parte do problema, combatia-os, a todos, tentando interferir nesse ciclo vicioso.

Essa era a conjuntura do início dos anos 1980.

Análise 6

Nos anos 1980, com a inserção indiscriminada das drogas na Colômbia, os altos lucros do narcotráfico seduziram os grupos armados ilegais.

As guerrilhas comunistas já dominavam grandes espaços de terra, ativo essencial à produção das drogas ilícitas. Interesses se cruzaram e muitas vezes, as guerrilhas, mais poderosas, dominaram os meios de produção.

Os narcotraficantes precisaram contratar paramilitares para protegerem seus negócios. Era mais uma motivação para que paramilitares permanecessem em atividade. E, em 1981, esse processo foi alavancado e os paramilitares se multiplicaram.

A Lei nº 48 e seus reflexos.

Análise 7

O narconegócio como base da economia dos grupos armados ilegais fizeram com que o problema colombiano, antes restrito às disputas internas pela expressão política do poder nacional, transbordassem as fronteiras em busca de mercado.

A internacionalização do problema colombiano projeta-o do eixo local para os eixos hemisférico e global.

Análise 8

Quanto ao eixo hemisférico, o maior ator foram os EUA. Já em 1970, Nixon incluiu o combate à produção e ao comércio de drogas ilícitas na Doutrina de Segurança Nacional. Entretanto, os EUA ainda estavam muito envolvidos com a Guerra-Fria. Havia um problema, era grave, mas não era a prioridade.

Em 1982, os EUA aprovaram o *Defense Autorization Act*. O Exército americano tinha autorização para atuar no combate ao tráfico de drogas.

Em 1986, a Doutrina de Segurança Nacional reconheceu como grave ameaça aos EUA a relação entre terrorismo de esquerda e o narcotráfico.

Esses três atos, temporal e oportunamente encadeados, mostram claramente a escalada do problema colombiano e as medidas tomadas pelos EUA para combater a ameaça, dentro da sua área de influência hemisférica.

Vale lembrar, que EUA e Colômbia vieram construindo uma parceria desde 1918 e o relacionamento veio se estreitando até os dias de hoje. Nem a crise do Panamá, 1930, foi capaz de desestabilizar a relação. As exportações colombianas suportaram em grande medida o esforço de guerra americano, o que concorreu para a consolidação dessa parceria. E depois, no combate às guerrilhas comunistas, em plena Guerra-Fria, a Colômbia mais uma vez demonstrou alinhamento, inclusive durante o *Respice Simila*.

Nesse sentido, a política externa colombiana seguiu o modelo *Respice Polum* de 1918 a 1966. E mesmo de 1966 até 1999, quando mudou para *Respice Simila*, a parceria se manteve estável. Em 1999 para 2000, com o advento do Plano Colômbia, onde os EUA injetou bilhões de dólares, Álvaro Uribe, rompeu com a política externa vigente e o país voltou ao *Respice Polum*. Não poderia ter sido diferente, face aos investimentos.

E por esses motivos, os EUA mantiveram suas políticas alinhadas com as da Colômbia, para que pudesse dar suporte às ações militares daquele país, com enquadramento legal. Além disso, o narcotráfico colombiano alcançou os EUA, como os governos sempre temeram. Com o agravante de ainda haver a influência da ideologia comunista, que somava forças com o motor do narconegócio.

Análise 9

Partindo das análises 5 e 6, considerando que as guerrilhas comunistas começaram a perder espaço já no início dos anos 1980, pelo que um acordo de paz seria oportuno e até importante para que pudessem se recompor: quadros, logística etc.

Em 1984, ocorre a primeira tentativa de acordar a paz. FARC, ELN, M-19 acederam à trégua. Mas, só as FARC respeitaram o acordo. A “combinação de

todas as formas de luta”, de Pulido (2009), pode ter sido empregada, de forma coordenada entre as três guerrilhas.

O que corrobora essa observação é o fato de que alguns guerrilheiros depuseram as armas e formaram a UP, que elegeu em 1986, 14 congressistas.

Análise 10

O ingresso na política, de que trata a análise 9, fazia parte dos termos do acordo de paz de Betancur. O acordo não foi aceito por fração da sociedade, que não concordava em negociar benefício ou concessão. Dentre os insatisfeitos estavam os militares, cujos comandos foram alijados do processo.

Essa insatisfação concorreu para a formação de grupos paramilitares de autodefesa. Surge o paramilitarismo de ultradireita.

Dissidentes das guerrilhas comunistas e integrantes das UP foram por eles assassinados em larga escala.

Em uma tentativa de conter o avanço dos paramilitares, a Lei nº 48 foi revogada. Todavia, o quadro não se alterou. A violência esteve presente ao longo da história, endêmica, e os paramilitares eram só uma de suas expressões.

A Lei nº 48, quando promulgada, teve uma forte relação causal com a sistemática de criação do paramilitarismo. Mas, não surtiu o efeito contrário, quando revogada e o paramilitarismo sobreviveu.

Análise 11

Em 1984, no governo de Belisario Betancur, do Partido Conservador, na primeira tentativa de acordar a paz, a política externa era de *Respice Simila*.

As duas próximas tentativas de acordar a paz: 1991 e 1999, também ocorreram sob a visão *Respice Simila*, nos governos de César Gaviria, Partido Liberal, e de Andrés Pastrana, Partido Conservador.

Em 2016, a quarta tentativa ocorreu no governo de Juan Santos, Partido Social da Unidade Democrática, já sob o *Respice Polum*.

Análise 12

Em 1989 cai o muro de Berlim e em 1991 desmantela-se a URSS, o que significou a vitória dos EUA.

Agora, hegemônico, sem ameaça a altura, os EUA passaram a priorizar o combate ao narcotráfico. Relação entre um evento do eixo global com outro do hemisférico, que teve reflexos sobre o eixo local, Colômbia.

Análise 13

A segunda tentativa de paz corrigiu graves erros da primeira. Os comandos militares voltaram a ser escutados e tiveram assento à mesa de negociações. Não havia motivos para dissidências na direita, que justificassem o paramilitarismo, que resultou das tratativas do primeiro acordo.

Outra medida que evitou reprovação da sociedade foi não cessar-fogo e não fazer concessões, como a anistia ampla da primeira.

Outra medida importante, é que Venezuela e México foram convidados para mediar as negociações, o que reflete bem o espírito do *Respice Simila*.

Análise 14

Em 1997, a formação das AUC foi resultado de políticas de privatização da violência, com o aval, como de outras vezes, do próprio Estado.

Naquela época havia os seguintes *players* atuando na Colômbia: narcoguerrilhas comunistas e paramilitares de ultradireita, servindo a interesses políticos; além de narcotraficantes e outros grupos armados ilegais.

Análise 15

A terceira tentativa de acordar a paz estava no contexto da política de governo de Andrés Pastrana: *Cambio para construir la paz*.

Como no governo Guaviria, atores internacionais foram convidados a mediar o processo, tudo dentro do *Respice Simila*.

Diferentemente de Guaviria, Pastrana fez concessões: negociou com esquerda e direita, criou área desmilitarizada etc.

Mais uma vez as guerrilhas tinham tempo para recomporem quadros e logística.

A política de solução negociada entre Estado e guerrilhas teve como resultado a pouca captação de recursos na comunidade internacional. Pastrana teve de repensar a estratégia e uma aliança com os EUA foi a solução. O *Respice Simila* fora substituído pelo *Respice Polum*.

A aliança se deu pelo Plano Colômbia.

Análise 16

O Plano Colômbia, sob a presidência de Uribe, foi um marco no combate aos grupos armados ilegais.

Com o advento dos ataques às torres gêmeas, em Nova York, em 11 de setembro de 2001 (eixo hemisférico), a conduta de endurecimento de Pastrana foi catalisada. A já adotada política antidrogas aliada ao antiterror elevariam os níveis das ações do Estado contra as guerrilhas ao seu ponto máximo.

Sua política de intolerância ao crime resultou na desmobilização das AUC.

O número de *players* no tabuleiro do jogo estava diminuindo. Haveria menos interesses envolvidos nas futuras negociações.

Uribe chegou a ter 80% de aprovação no governo, o que o levou à reeleição. Esse fato era significante na medida em que se traduzia na continuação de um projeto de segurança e defesa de sucesso.

Análise 17

O evento “Falsos Positivos”, assim como a Lei nº 48, exemplifica como a violência estava enraizada na cultura colombiana.

Análise 18

O segundo mandato de Uribe foi importante para a segurança e defesa do país. As guerrilhas comunistas FARC e ELN sofreram as mais duras baixas da história.

Nesse diapasão, considerando as negociações de paz, o governo estaria com menos *players* à mesa e contaria com outras partes mais enfraquecidas, ou seja, em desvantagem para negociar.

É mister pontuar que o Ministro da Defesa de Uribe era Juan Manuel Santos, que o sucedeu na presidência.

Análise 19

Juan Santos assumiu a presidência, mas não deu continuidade ao projeto que ele mesmo havia conduzido sob Uribe e resolveu negociar. Provavelmente acatando seu programa de segurança, que apontava o dilema da fragmentação.

Teve início a quarta tentativa de acordar a paz sob a gestão de Juan Santos. Parece evidente, mas não o é, que Juan Santos deveria continuar a combater implacavelmente as FARC e ELN. Em se tratando de interação entre grupos sociais, os interesses são diversos, o que torna as negociações mais complexas.

Também, o Acordo Geral, como em outras tentativas de paz, não agradou parcela da sociedade, considerando as concessões inclusas.

Esta tentativa de acordar a paz foi com as FARC. A ELN não aderiu. Aquele acordo não foi a paz ampla e plena buscada pela sociedade colombiana.

Análise 20

A paz com as FARC não teve unanimidade dentro da própria guerrilha. Durante as tratativas, estruturas inteiras, digo frentes, abandonaram o processo. Uma estrutura verticalizada, hierarquizada foi decomposta em várias outras com comandos independentes, horizontalizadas. As previsões do governo Juan Santos se confirmaram.

A previsões de dissidentes variaram, segundo dados oficiais, de 5 e 7% até 20%. O governo tendeu a divulgar números menores para não desacreditar o acordo, já desgastado frente à opinião pública.

Considerando as justificativas de Vaz (2017) e as de Kanuf (2017) para as dissidências, as de Kanuf são mais harmônicas com a natureza humana, especialmente no que diz respeito à falta de incentivo financeiro para se sustentarem durante a transição, a remuneração muito baixa em US$ 280.00 e a percepção de que o acordo parecesse uma rendição.

Experiências como a de El Salvador e da própria Colômbia, com as guerrilhas comunistas, à época da UP, e de paramilitares da AUC apontam para a possibilidade de que ocorresse também com este acordo de paz.

Uma percepção a ser considerada é que o acordo de paz pode ter sido assumido pelas FARC, mais uma vez, como a “combinação de todas as formas de luta” (PULIDO, 2009, p. 28). Nesse sentido, se o objetivo das FARC de tomar o poder não pudesse mais ser levado a efeito pelas armas, considerando que estavam no pior momento em termos de quadros e de meios, fruto da forte oposição do governo, talvez migrar para a expressão política do poder nacional fosse uma opção, como tentado por ocasião da UP. E nesse sentido, é mister lembrar que colocaram

dez representantes no congresso, cinco em cada casa. E os dissidentes seriam a continuação da guerrilha, como último bastião de sobrevivência, se a aventura política viesse a dar errado, fazendo valer a máxima clausewitziana de que “a guerra é continuação da política por outros meios”.

Outra percepção é da esfera dos *players*. Acabar com a violência na Colômbia parece ser um intento inatingível pela complexidade dos interesses envolvidos. Mas, o jogo de Uribe deu certo e diminuíram o número de *players* e a força individual de cada um deles. O acordo de paz conduzido por Juan Santos, que, em tese viu nessa saída uma forma de resolver o problema colombiano, considerando o dilema da fragmentação, “saiu pela culatra”. Mesmo com o acordo de paz costurado desde 2012, as dissidências ocorreram.

Análise 21

O acordo de paz não representa uma atenuação do problema colombiano, por conseguinte, mitigação das ações que interceptarão o cumprimento da missão do Exército Brasileiro, na Amazônia Ocidental.

A dispersão da força das FARC em células menores remete ao Comando Simon Bolívar, que atacou o destacamento do Traíra. Diferentemente de 1991, o comando ainda era rígido e vertical, tanto que não voltou a ocorrer evento semelhante com baixas. Agora as células estão dispersas e a violência está difusa.

Uma vantagem da dispersão é retirar a concentração de poder militar, que levará a ações que vão requerer alto grau de coordenação, o que não é fácil.

Outro aspecto, é que o motor da ideologia, que levou as FARC até esse ponto da história, parece agora mais tênue, mais valorizada para fins de discurso de mídia.

Nessa direção, o combate a um grupo de criminosos é menos difícil perante a opinião pública internacional, do que a um grupo de insurretos com discurso socialista.

O número de dissidentes, as armas que não foram recolhidas e a quantidade de ilícitos assinalam uma maior probabilidade de contato, inclusive com fricção, na fronteira com a Colômbia, com apreensão de armas, munições, drogas e outros ilícitos.

4.2.1.2 Padrões em Conflitos de Insurgência

Análise 22

As FARC ao longo de sua existência sempre aplicaram a tese marxista-leninista da “combinação de todas as formas de luta”. Sob esse ponto de vista, é mister pontuar a aceitação das tréguas diversas vezes propostas pelo governo colombiano, o que promovia as condições necessárias às FARC para se reorganizarem e reequiparem; também pontuar os eventuais abandonos das armas por parte de seus quadros, com o fito de ingressarem na expressão política do poder nacional. Dessa maneira, é imperioso questionar se a última tentativa de acordar a paz de 2016 também não foi mais uma manobra de “combinação de todas as formas de luta”.

Considerando a perspectiva dos Padrões em Conflitos de Insurgência, de Gourley (2009) e Gourley *et al* (2009), e admitindo as FARC como o grupo insurgente e o governo colombiano seu oponente, é possível estabelecer correlações que imantam o advento do processo de acordar a paz com os pressupostos do referencial teórico em pauta.

Tomando como situação estável (α=2,5 para o conflito da Colômbia, com que se parecem todas os demais conflitos) a operação das FARC como grupo insurgente, que sistematicamente empreendia ações contra seu oponente, o governo colombiano, ou que dele era alvo de ações, é possível fazer paralelo com a situação do Iraque, desde a declaração de missão cumprida por Bush até o bombardeio de Samarra. Considerando que o acordo de paz de 2016 foi um fato perturbador dessa situação estável, pode-se inferir que α moveu-se para cima para um estado fragmentado, com mais grupos, apesar de menos fortes. De fato, as FARC fragmentaram-se em grupos de adeptos do acordo de paz, BACRIM e novas FARC, este em maior número.

Ao fim e ao cabo, as tratativas para acordar a paz, que durou mais de quatro anos e consumiu bastante energia de ambos os lados, foram bem sucedidas na leitura do governo colombiano, apesar de Juan Santos ter previsto dissidências dos quadros das FARC, muitos anos antes. E, dessa maneira, o governo não admitiu o desdobramento das dissidências como um indicador de falha no processo de paz.

Voltando objetivamente ao estágio da fragmentação das FARC, sob a perspectiva dos Padrões em Conflitos de Insurgência, pode-se inferir que, em tese, α tenderá a voltar para o nível de estabilidade, ou seja, as dissidências das FARC se

conformarão em um grupo mais robusto e mais forte; nesse momento poderá ser mais fácil retomar negociações para um novo processo de paz. Todavia, possível, apesar de menos provável, pode ocorrer como no Iraque, no inicio do surto após o incremento de tropas, e o α continuar a mover-se para cima, tornando os dissidentes cada vez mais fragmentados e com seu poder mais difuso, o que dificultaria combatê-los e negociar com eles.

É mister que o governo colombiano esteja atento ao α, à estrutura do que hoje são as FARC, como estão organizadas, rastreando-as sistematicamente, sob a ótica dos Padrões em Conflitos de Insurgência. Isso porque, apesar de ainda muito cedo, a conjuntura aponta que as FARC estão mais uma vez operando a "combinação de todas as formas de luta".

4.2.2 O Exército Brasileiro na Amazônia Ocidental

Análise 23

O acordo de paz resultou em dissidentes. Uma variável já nos primeiros planejamentos de Juan Santos que em 2016 se verificou verdadeira. Todavia, o termo dissidentes parece um eufemismo para consolidar um processo longamente esperado pela sociedade colombiana. Houve tantos dissidentes, como se pode verificar nas inúmeras estruturas, digo frentes, colunas etc., que não aderiram, expressas nas figuras 9 e 10 (anexo A), que o correto é afirmar que as FARC não se extinguiram.

E, considerando as circunstâncias e características constantes da análise 22, pode-se afirmar que a organização vertical, do que outrora fora uma potente força guerrilheira, se desmembrou e suas capacidades de combate e de resiliência estão fragmentadas e dispersas em várias estruturas menos fortes e até menos disciplinadas.

Nesse sentido, o evento do Traíra ilustra bem os riscos advindos de uma força dissidente, como a do Comando Simon Bolívar. Do mesmo jeito, desde 2016, forças dissidentes disputam espaço, diga-se poder, em meio a um sem número de outras pequenas organizações. Sobre a atividade dos dissidentes, há farta literatura, como mostram as figuras 9 a 12 (anexo A).

O narconegócio, a mineração ilegal etc. continuam a ser a base da economia das narcoguerrilhas comunistas e das BACRIM. As áreas antes

dominadas pelas FARC foram disputadas, tomadas e mantidas em operação. Dessa maneira, em tese, as práticas ilícitas não sofreram solução de continuidade.

Outro aspecto importante a ser considerado é a análise de Vaz (2017, p. 5), que exemplifica por meio de um paralelo com o caso mexicano, sobre o transbordamento do problema colombiano para os países lindeiros e do entorno.

Nessa direção, é mister entender que os crimes transfronteiriços devem continuar, mormente porque a Colômbia era um grande produtor de cocaína e porque o narconegócio ainda é a base da economia de uma grande quantidade de grupos armados ilegais.

E é cedo para dimensionar com precisão essa nova ameaça que se apresenta, haja vista a conformação “geopolítica” dos novos grupos originados com o processo de paz. Todavia, requer acompanhamento e há bastante literatura oficial, de diversos organismos colombianos e internacionais.

Com base na figura 15 (anexo C), observam-se dados de 2017 que merecem ser considerados. O primeiro é o grande corredor de escoamento de coca em território colombiano, que acompanha a calha do rio colombiano Caquetá, no Brasil, Japurá, e chega à Vila Bitencourt; segundo, os dois pontos assinalados como saída de narcotráfico, um em Querari, outro em Vila Bitencourt; e por fim, as duas grandes áreas sob influência das dissidências das FARC, junto, também, a Querari e Vila Bitencourt. Somem-se a esses dados aqueles constantes das figuras 18 a 22 (apêndice B), que mostram claramente a calha do Solimões como corredor de escoamento de drogas. Ainda, deve-se observar a quantidade de armas, munições e outros artefatos bélicos não devolvidos, quando do processo de paz.

São todos fortes indicadores de que ainda perduram os transbordamentos dos problemas colombianos. E confrontando com a disposição no terreno das organizações operativas do Exército Brasileiro, e considerando suas missões constitucional e institucional, ao longo da faixa de fronteira, é possível afirmar que o desdobramento do processo de paz das FARC não alterou o estado das coisas no que concerne à qualidade dos crimes transfronteiriços; quanto à frequência e volume, ainda é cedo para precisar.

5 CONCLUSÃO

Na introdução, procedeu-se à contextualização das circunstâncias e inquietações da pesquisa; em seguida, apresentaram-se os referenciais teóricos, escolhidos pelos seguintes motivos: *process tracing* – a ferramenta franqueia maior flexibilidade ao pesquisador, que estará mais apto a perceber e analisar com maior amplitude e profundidade os fenômenos estudados, sem incorrer em baixo rigor metodológico; e padrões em conflito de insurgência – a ferramenta permite entender o comportamento de grupos insurgentes por meio da análise de sua estrutura (**α**); depois, mostrou-se a metodologia empregada, que incluiu pesquisas bibliográfica, documental e coleta de dados, utilizando-se da matriz do *process tracing*, de tabelas, mapas e gráficos para a devida análise; por fim, apresentaram-se os dados obtidos, a partir dos quais se fizeram as respectivas considerações e análises dos resultados.

Esta pesquisa teve como objetivo identificar de que forma a celebração do acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC impactam as ações de segurança e de defesa do Exército Brasileiro, no estado do Amazonas.

Da análise dos resultados, infere-se que o problema em estudo tem raízes em mais de duzentos anos de história. Nessa direção, as FARC, uma das peças em análise, possuem três “motores” que lhe conferem alta capacidade de resiliência e que sustentam suas operações há décadas; e, por estarem ainda presentes, poderão mantê-las por muitos outros anos; quais sejam: a violência, motivada por profundas diferenças sociais e da tradicional polarização política; a ideologia marxista-leninista, que se aproveitou das causas da violência e se utilizou da própria violência para promover a criação de sua expressão armada, as FARC; e o narconegócio que sustenta a operação das FARC.

Apesar de ter havido um acordo de paz formal, com deposição de armas, suspensão de operações e a extinção das FARC, como organização, é fato que não existiu unanimidade dentro dos quadros, de tal maneira que a grande quantidade de dissidentes, de armas e de munições, e até mesmo a manutenção de inúmeras frentes e colunas, aponta mais uma vez para uma manobra com vistas a ganhar tempo e possibilitar o ingresso de membros no componente político da expressão do poder nacional colombiano, como já ocorrera em outras ocasiões.

Nessa direção, pode-se inferir que as dissidências ou permaneceram com suas práticas originais e, inclusive, integrando estruturas das próprias FARC, ou se conformaram em outros grupos armados ilegais: ELN, BACRIM etc. Assim,

atualmente existem inúmeros pequenos grupos, livres da disciplina das FARC, com hierarquia fragmentada, perpetrando ações de caráter difuso.

Por fim, considerando que as FARC não acabaram; que agora existem mais grupos disputando espaço na cena colombiana; e que os elementos constitutivos dos “motores” das FARC estão presentes na conjuntura, pode-se supor que o Exército Brasileiro continuará tendo que enfrentar as mesmas ameaças de antes do acordo, mas, talvez, com frequência e intensidade variáveis. A vantagem é que os pontos e rotas de acesso ao território brasileiro, bem como o *modus operandi*, já são conhecidos, o que facilitará planejamentos e o cumprimento das operações de rotina no escopo do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras.

Quanto aos resultados, existem limites advindos do fato de não ter havido investigação sobre as conexões das FARC com agentes de ilícito nacionais; e de não terem sido disponibilizados dados do CMA e da SSP-AM com amplitude temporal, e principalmente variedade de dados, para que se pudesse proceder a análises quantitativas, em reforço àquelas oriundas da matriz do *process tracing*.

Ainda, há espaço para investigações sobre a influência de atores externos, tais como organizações da esquerda internacional, Cuba, Venezuela etc. sobre as FARC, bem como seu eventual financiamento.

Este tema é atual e se reveste de grande importância para a Força Terrestre porque as ameaças precisam ser conhecidas, o que incluiu capacidades, *modus operandi*, efetivos, armamentos, locais de influência, dentre outros aspectos relevantes, os quais mitigam perdas indesejadas, quer seja de meios materiais ou na forma de vidas humanas.

REFERÊNCIAS

MÁRLIO CONCIDERA ESTEBANEZ – Cel Av

ABDENUR, A. E. Garantindo a paz: O Brasil e o processo de paz com o ELN da Colômbia. **Instituto Igarapé**. Rio de Janeiro, n. 35, 2018. Disponível em: https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Garantindo-a-paz-O-Brasil-e-o-processo-de-paz-com-o-ELN-da-Colo%CC%82mbia.pdf . Acesso em: 31 mar. 2019.

BENNETT, A.; CHECKEL, J. T. Process tracing: From Metaphor to Analytic Tool. Cambridge University Press, 2015. Disponível em:

<https://www.google.com/search?client=firefox-b-d&sxsrf=ACYBGNQnGrr44C-GNoksH-lRQN2pSVfijA%3A1570172204383&ei=LO2WXcSCF5Kp5OUPmbKriAI&q=BENNETT%2C+A.%3B+CHECKEL%2C+J.+T.+Cambridge+University+Press%2C+2015.&oq=BENNETT%2C+A.%3B+CHECKEL%2C+J.+T.+Cambridge+University+Press%2C+2015.&gs_l=psy-ab.12...72533.94974..97181...0.0..1.141.1173.1j9.....21....1..gws-wiz.30gnbH4AtSA&ved=0ahUKEwjEyOmjg4LlAhWSFLkGHRnZCiEQ4dUDCAo>. Acesso em 12 ago. 2019.

BRASIL. Exército. Comando Militar da Amazônia. **Organização**. Manaus, AM: Comando Militar da Amazônia, 2016. Disponível em: <http://www.cma.eb.mil.br/home/organograma.html>. Acesso em 30 ago. 2019.

CANUTO, A. *et al*. Conflitos no campo – Brasil 2017. **CPT – Comissão Pastoral do Campo**, 2017. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4371-conflitos-no-campo-brasil-2017>. Acesso em 23 jul. 2019.

CERÁVOLO, L. E. S. **Respostas do Governo Brasileiro frente à migração de venezuelanos para Roraima (2015 – 2018)**. 2019. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2019.

DARIO, D. M. Os diálogos de paz entre as FARC e o governo Santos na Colômbia. **Policy Brief**, n. 1, 2014. Disponível em: <http://www.iri.puc-rio.br/uploads/conteudos/arquivos/GSUM-PB-Colombia.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2019.

FONSECA, A. L. P. **O SENTIDO DE SER GUERRILHEIRO: Uma análise antropológica do Exército de Libertação Nacional da Colômbia**. 2008. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/90901> . Acesso em: 31 jul. 2019.

FONSECA, G. D.; AZEVEDO, C. V. Colômbia e as FARC: cenários pós-conflito e repercussões regionais. **Instituto Igarapé**. Rio de Janeiro, n. 34, 2018. Disponível em: <https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2018/05/Colombia-e-as-FARC.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2019.

GOURLEY, Sean. The mathmatics of war. TED Ideas worth spreading. [s.l.], 2009. Palestra de Sean Gourley. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/sean_gourley_on_the_mathematics_of_war>. Acesso em: 02 abr. 2019.

GOURLEY, Sean *et al*. Common ecology quantifies human insurgency. **Nature**, v. 462, p. 911-914, 2009. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/nature08631>. Acesso em: 02 abr. 2019.

GRISALES, S. P. A. Colômbia: a memória em meio à guerra. **Tempo Social**, v. 25, n. 2, p. 123-139, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v25n2/a07v25n2.pdf>. Acesso em: 25 jun, 2019.

JEIFETS, L., JEIFETS, V. El Partido Comunista Colombiano, desde su fundación y orientación hacia la "transformación Bolchevique": Varios episodios de la historia de relaciones entre Moscú y el comunismo colombiano. Anuario colombiano de historia social y de la cultura, n. 28, p. 7-37, 2001. Disponível em: < https://revistas.unal.edu.co/index.php/achsc/article/view/16899

>. Acesso em 10 ago. 2019.

KNAUF, M. G. **As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o Acordo de Paz com o governo colombiano: possíveis consequências para o Brasil**. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Especializado em Ciências Miltares) – Escola de Comando e Estado-Maior, Rio de Janeiro, 2017.

LIMA, I. A. Técnicas qualitativas em análises de causalidade: aplicações do *process tracing*. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, vol. 8, n. 1, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/politica/article/view/50210>. Acesso em: 15 jul. 2019.

PULIDO, L. A. V. **FARC**: terrorismo na América do Sul. Tradução: Benedito Serra Junior. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2009. 320p.: il; 23 cm. Título original: La Selva roja. ISBN 978-85-7011-434-1.

SANTOS, Marcelo. Passado e presente nas relações Colômbia-Estados Unidos: a estratégia de internacionalização do conflito armado colombiano e as diretrizes da política externa norte-americana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 53, n. 1, p. 67-88, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292010000100004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em 20 jun. 2019.

MARÍN, F. A. L. **Genocídio da Unión Patriótica: uma análise da atuação do Estado colombiano**. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/84/84131/tde-24042019-155855/pt-br.php>. Acesso em: 31 ago. 2019.

SASSE, E. R., Cronologia do conflito e do processo de paz na Colômbia. DW – Made for minds, 2018. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/cronologia-do-conflito-e-do-processo-de-paz-na-col%C3%B4mbia/g-19263872. Acesso em: 31 jul. 2109.

SILVA, B. E. Z. N. Os processos de paz entre as FARC-EP e o governo nacional da Colômbia. In: IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa - "Forças Armadas e Sociedade Civil: Atores e Agendas da Defesa Nacional no Século XXI", 2016, Florianópolis. Disponível em: <http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466506541_ARQUIVO_Osprocessosdepazentreasfarc-EPeoGovernonacionaldaColombia-BarbaraEllynes(ABED).pdf>. Acesso em: 31 ago. 2019.

TERRA. Colômbia: entenda a cronologia das ações das Farc. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/mundo/colombia-entenda-a-cronologia-das-acoes-das-farc,2708acf8601ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em 20 jun. 2019.

VANEGAS, E. A., CALDERÓN, D. P. VELÉZ, A. C. Trayectorias y dinâmicas territoriales de las dissidências. **FIP – Fundación ideas para la paz**, n. 30, 2017. Disponível em: <http://ideaspaz.org/media/website/FIP_Disidencias_Final.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2019.

VAZ, Alcides Costa. Perspectivas da estabilidade regional à luz da implementação dos acordos de paz na Colômbia e da crise venezuelana. Centro de Estudos Estratégicos do Exército : Análise Estratégica, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 1-8, mar. 2017. Disponível em: <http://ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEExAE/article/view/1140>. Acesso em: 20 fev. 2019.

VIANA, Manuela Trindade. **A dimensão do conflito armado colombiano: a internacionalização dos processos de paz segundo as agendas hemisférica e global.** 2009. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-23112009-120910/pt-br.php>. Acesso em: 10 ago. 2019.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular**: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016. ISBN 978-85-7244-433-0.
BENNETT, A.; CHECKEL, J. T. Process tracing: from philosophical roots to best practices. In: BENNETT, A.; CHECKEL, J. T. (Eds.). Process tracing. From Metaphor to Analytic Tool. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

Apêndice A - ORGANIZAÇÕES OPERATIVAS DO CMA NO AMAZONAS

Figura 17 – Distribuição das organizações operativas do CMA no Amazonas

Fonte: o autor

Apêndice B – LOCALIDADES E APREENSÃO DE DROGAS

Figura 18 – Localidades onde houve apreensão de drogas em 2015

Fonte: o autor

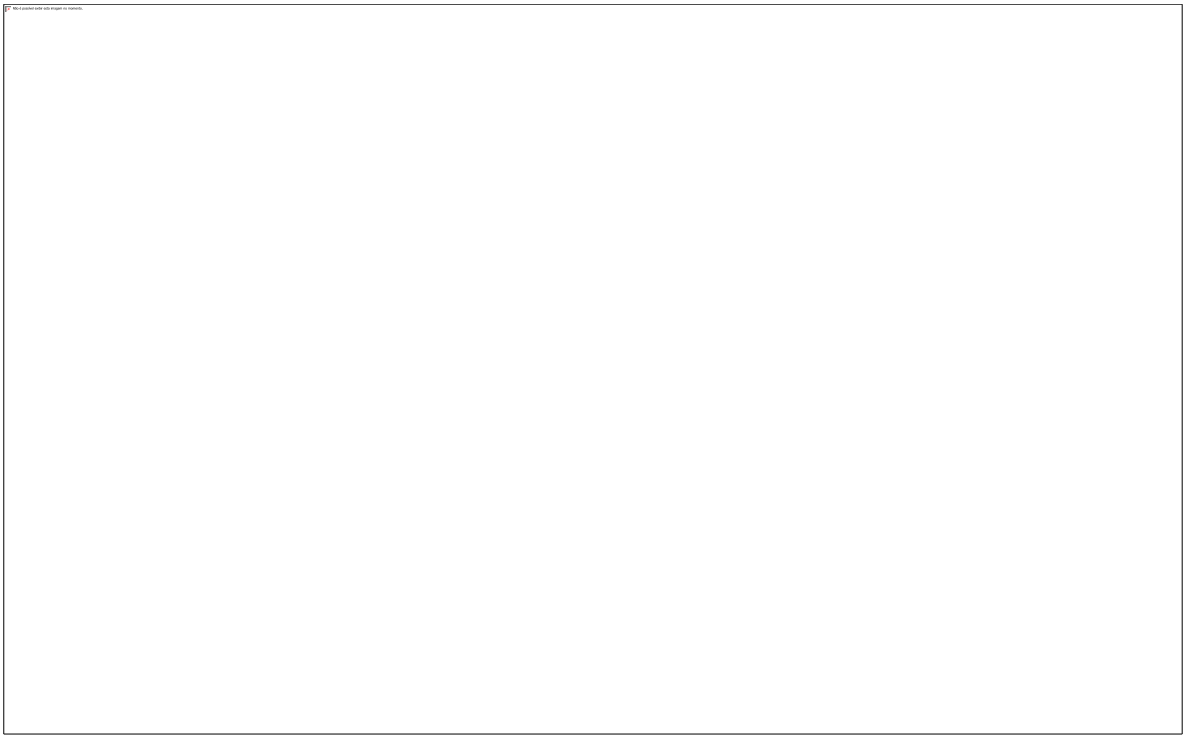
Continua

Continua

Figura 19 – Localidades onde houve apreensão de drogas em 2016

Fonte: o autor

Figura 20 – Localidades onde houve apreensão de drogas em 2017

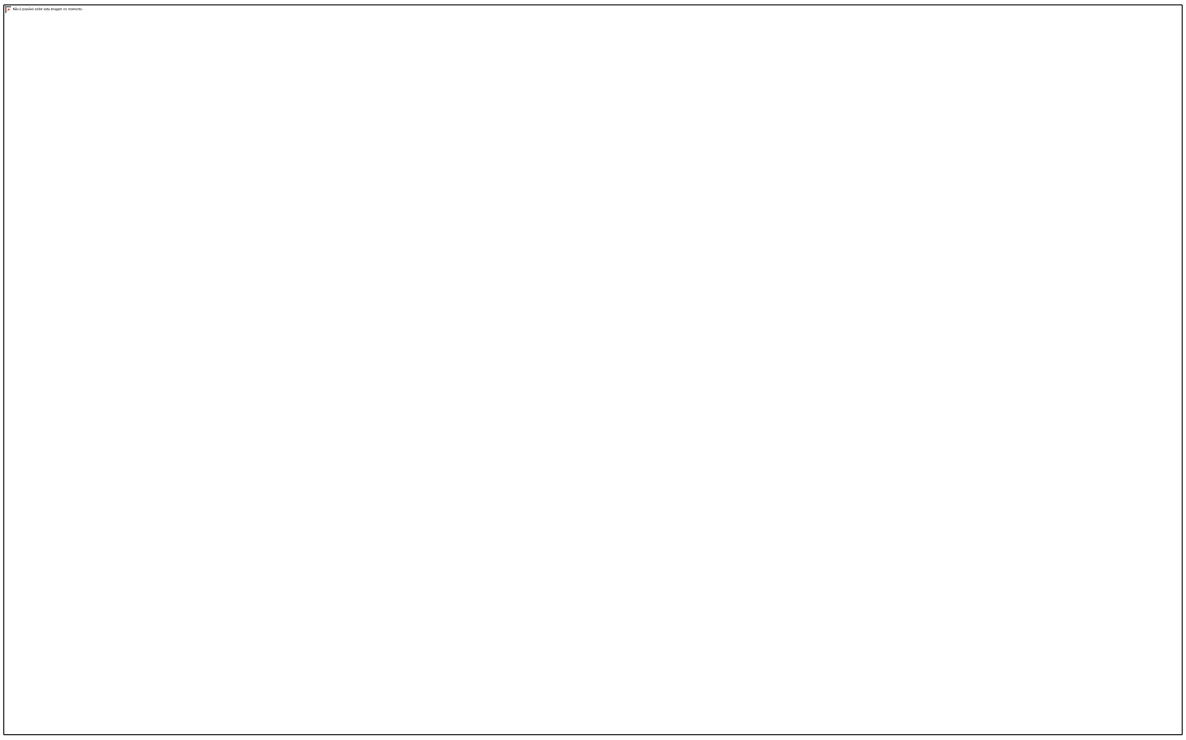


Fonte: o autor

Continua

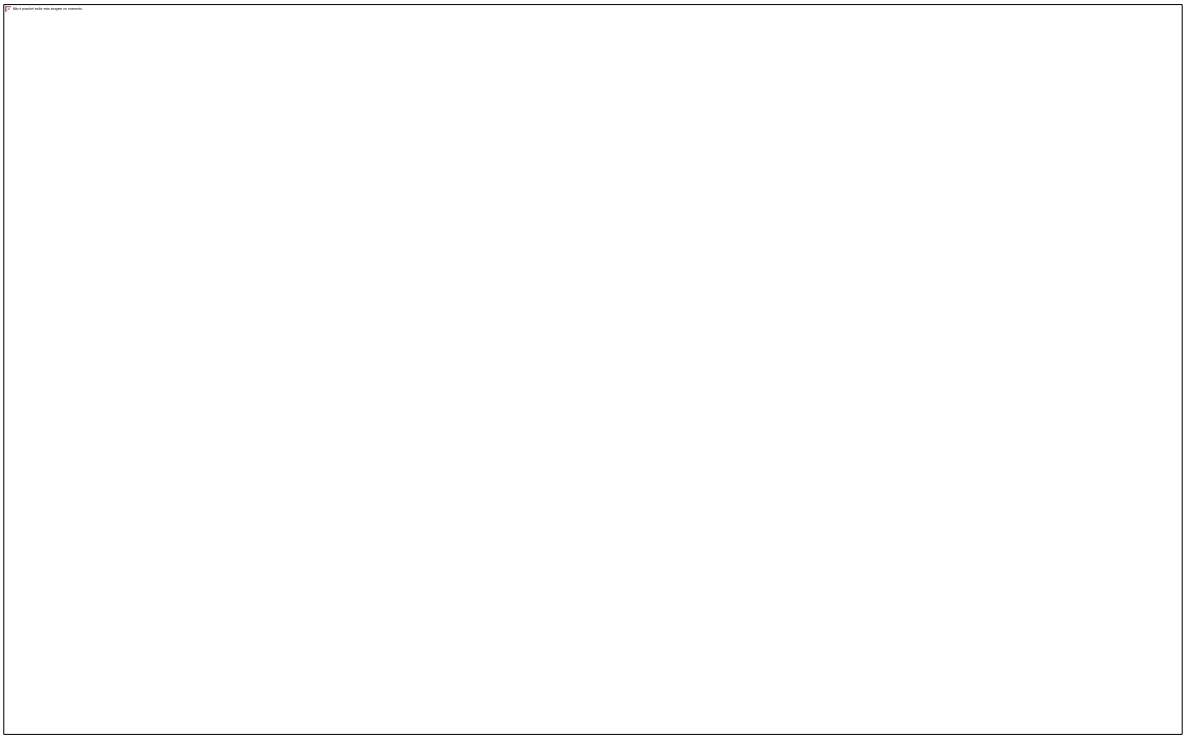
Continua

Figura 21 – Localidades onde houve apreensão de drogas em 2018



Fonte: o autor

Figura 22 – Localidades onde houve apreensão de drogas em 2019



Fonte: o autor

Apêndice C – DADOS DA SSP-AM SOBRE DROGAS, ARMAS E MUNIÇÕES

Figura 23 – Apreensão de armas e munições 2015 a 2019 em Manaus

Fonte: o autor

* Dados até abril

Figura 24 – Apreensão de drogas entre 2017 e 2019 em Manaus

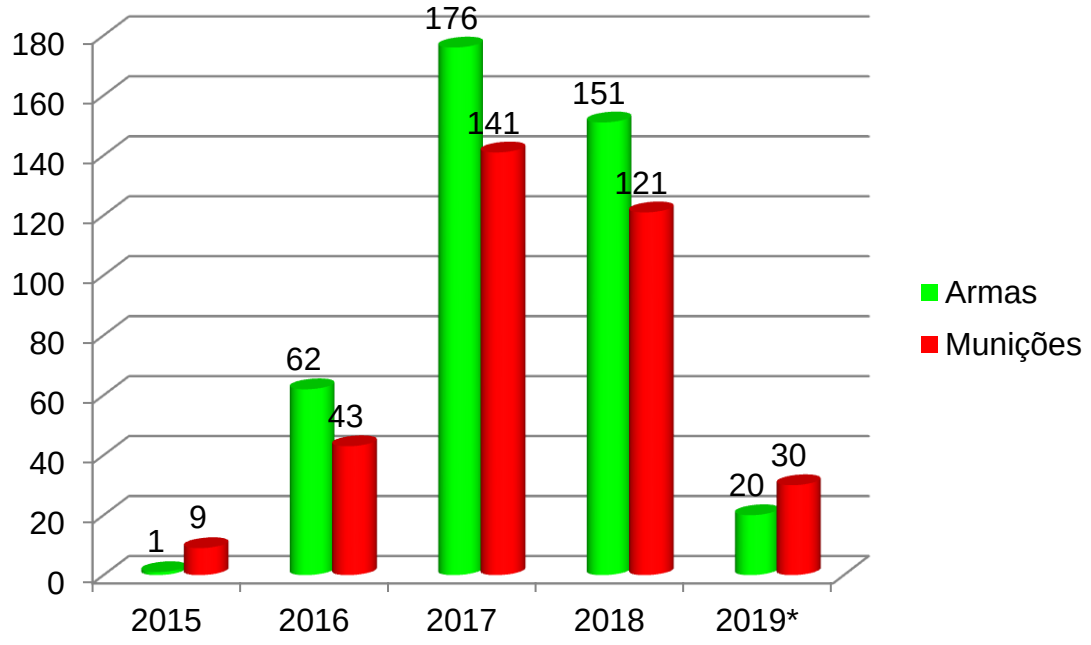
Fonte: o autor

* Dados até abril

Continua

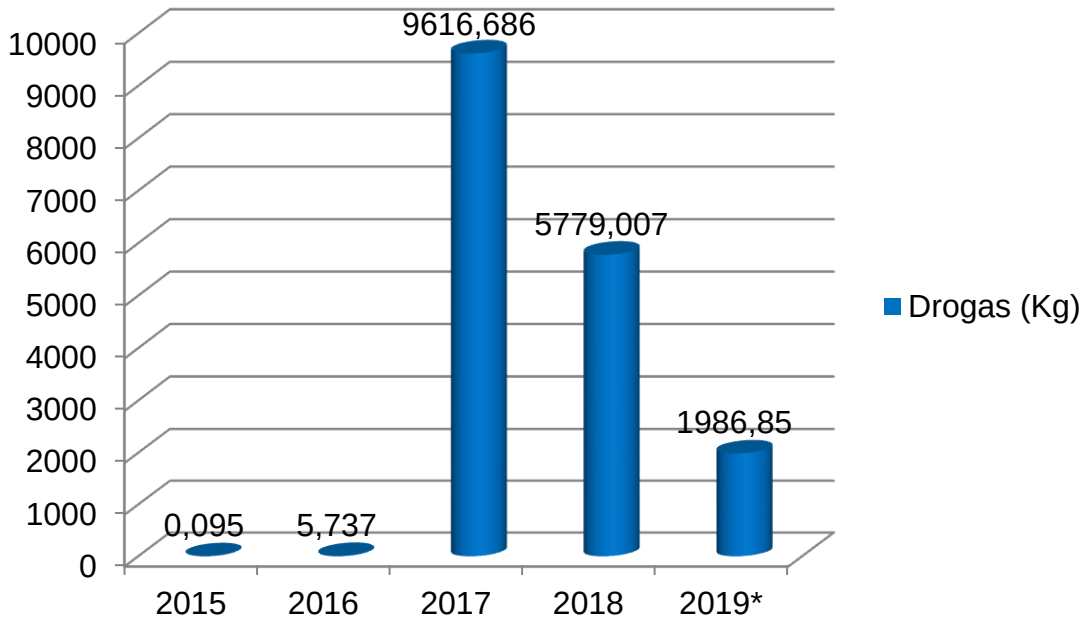
Continua

Figura 25 – Apreensão de armas e munições 2015 a 2019 no interior do estado do Amazonas



Fonte: o autor
* Dados até março

Figura 26 – Apreensão de drogas entre 2015 e 2019 no interior do estado do Amazonas

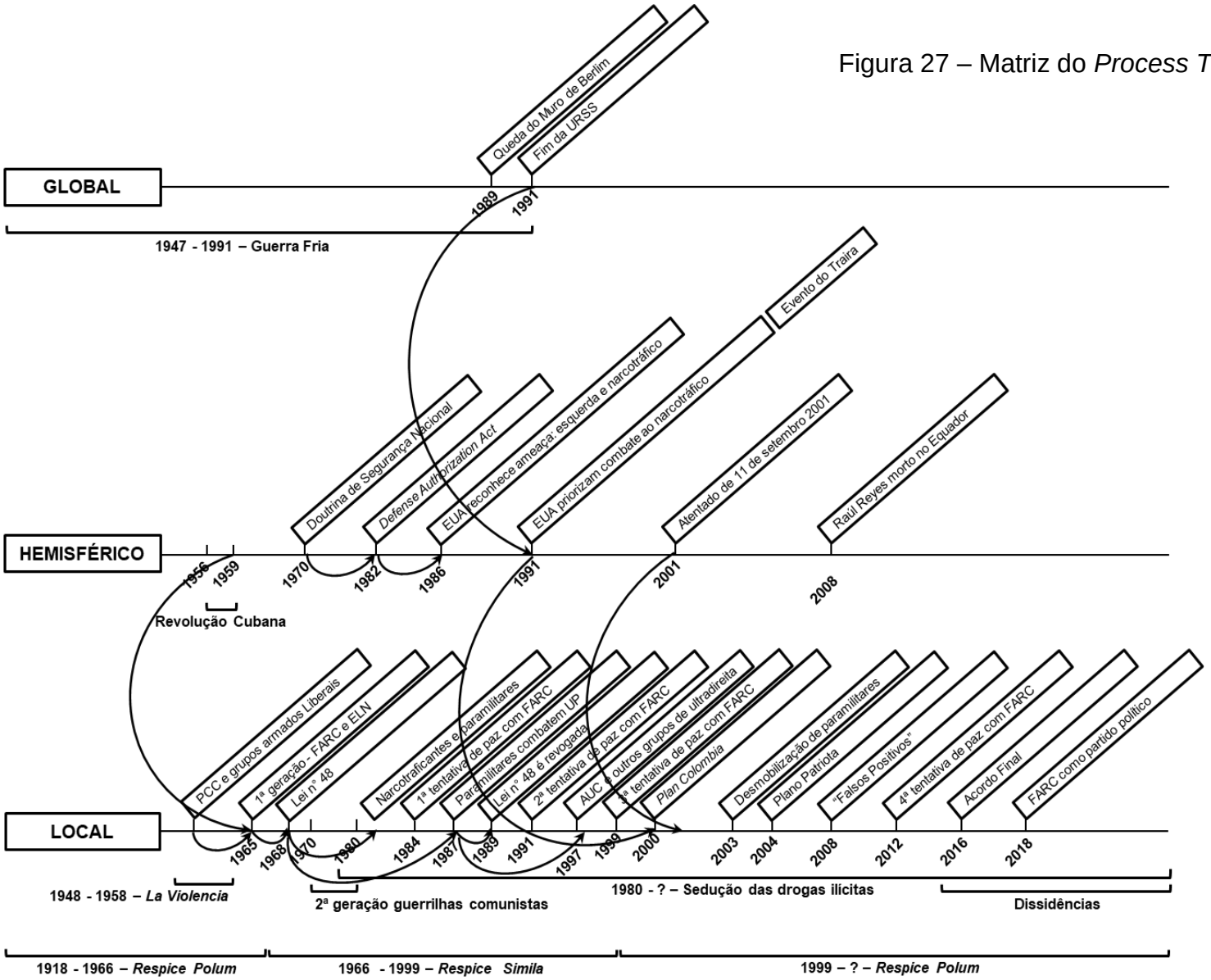


Fonte: o autor

* Dados até maio

Apêndice D – MATRIZ DO *PROCESS TRACING*

Figura 27 – Matriz do *Process Tracing*: As FARC e o acordo



Fonte: o autor

Anexo A – DISSIDÊNCIAS DAS FARC

Figura 9 – Dissidências das FARC por região de influência e ações atribuídas

ESTRUCTURAS CONFIRMADAS	REGIÓN DE INFLUENCIA/ OPERACIÓN	ACCIONES ATRIBUIDAS
FRENTE 1	META, GUAVIARE, VAUPÉS, VICHADA, CAQUETÁ	Emboscadas, amenazas, retenes ilegales, reclutamiento forzado, secuestro, activación de artefacto explosivo, extorsión, instalación de Minas Antipersonal (MAP), homicidios, deforestación, fabricación, tráfico de estupefacientes, sabotaje a la infraestructura eléctrica.
FRENTE 7	SUR DE META, CAQUETÁ	Amenazas, reclutamiento forzado, secuestros, hostigamientos, quema de vehículos, extorsiones, activación de artefactos explosivos, desplazamiento forzado, quema de maquinaria, fabricación, retenes ilegales, tráfico de estupefacientes y hostigamientos.
FRENTE 10	ARAUCA	Ataque a caravana de la Unidad de Protección donde se encontraban miembros del partido FARC en Arauquita. Intento de homicidio del excombatiente Henry Ernesto Tobar Arenas, en el ETCR de Filipinas, Arauquita.
FRENTES 14 Y 15	CAQUETÁ	Retenes ilegales, enfrentamientos.
FRENTE 16	VICHADA, CASANARE, ARAUCA	No se han reportado acciones atribuidas a esta estructura más allá de los supuestos movimientos hacia la frontera entre Arauca y Casanare.
FRENTE 36	ANTIOQUIA	Enfrentamientos con las AGC.
FRENTE 40	META	Reclutamiento forzado, extorsiones, combates, instalación de MAP, fabricación y tráfico de estupefacientes.
FRENTE 48	PUTUMAYO	Instalación de MAP, fabricación y tráfico de estupefacientes.
FRENTE 62	META	Reclutamiento forzado, fabricación y tráfico de estupefacientes.

Continua

Continua

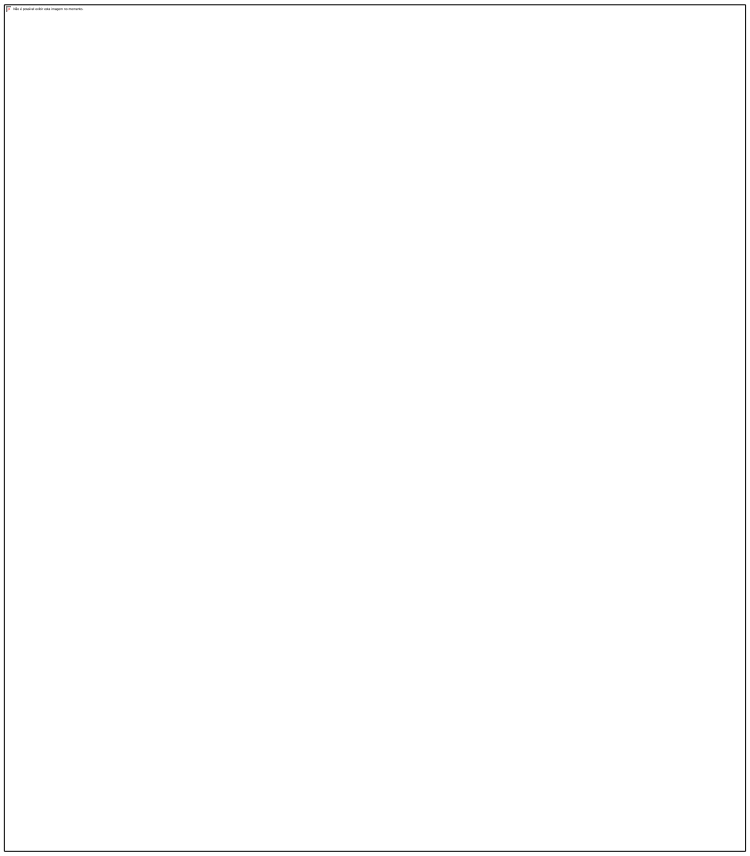
FRENTE ACACIO MEDINA	GUAINIA, VICHADA (FRONTERA CON VENEZUELA)	Fabricación y tráfico de estupefacientes
FRENTE OLIVER SINISTERRA O GUERRILLAS UNIDAS DEL SUR (INTEGRADAS POR EXMIEMBROS DEL FRENTE 29, LA COLUMNA MÓVIL DANIEL ALDANA Y LA COLUMNA MÓVIL MARISCAL SUCRE)	NARIÑO Y ECUADOR	Amenazas, enfrentamientos, extorsiones, secuestro, ataques contra la infraestructura, tráfico y porte de armas, fabricación y tráfico de cocaína.
RESISTENCIA CAMPESINA Y LOS DE SABALO (INTEGRADOS POR EXMIEMBROS DEL FRENTE 29 Y LA COLUMNA MÓVIL MARISCAL SUCRE)	NARIÑO	Homicidios, desplazamiento y reclutamiento forzado, enfrentamientos, secuestros, homicidios, fabricación y tráfico de estupefacientes.
GENTE DEL ORDEN O GUERRILLAS UNIDAS DEL PACÍFICO	NARIÑO Y VALLE DEL CAUCA (POSIBLEMENTE EN BUENAVENTURA)	Secuestros, enfrentamientos, fabricación y tráfico de estupefacientes.
FRENTE 6	CAUCA	Enfrentamientos, intercambio de brazaletes, ataque con francotirador, robo de vehículos, amenazas, fabricación y tráfico de estupefacientes y quema de vehículos.
COLUMNA MILLER PERDOMO	CAUCA, VALLE DEL CAUCA	Emboscadas, enfrentamientos, fabricación y tráfico de estupefacientes.
COLUMNA JACOBO ARENAS	CAUCA, VALLE DEL CAUCA	Intercambio de brazaletes, enfrentamientos, fabricación y tráfico de estupefacientes.
FRENTE 30	VALLE DEL CAUCA	Hostigamientos y robos

Fonte: Vanegas *et al* (2018)

Continua

Continua

Figura 10 – Potenciais dissidências das FARC e suas áreas de influência

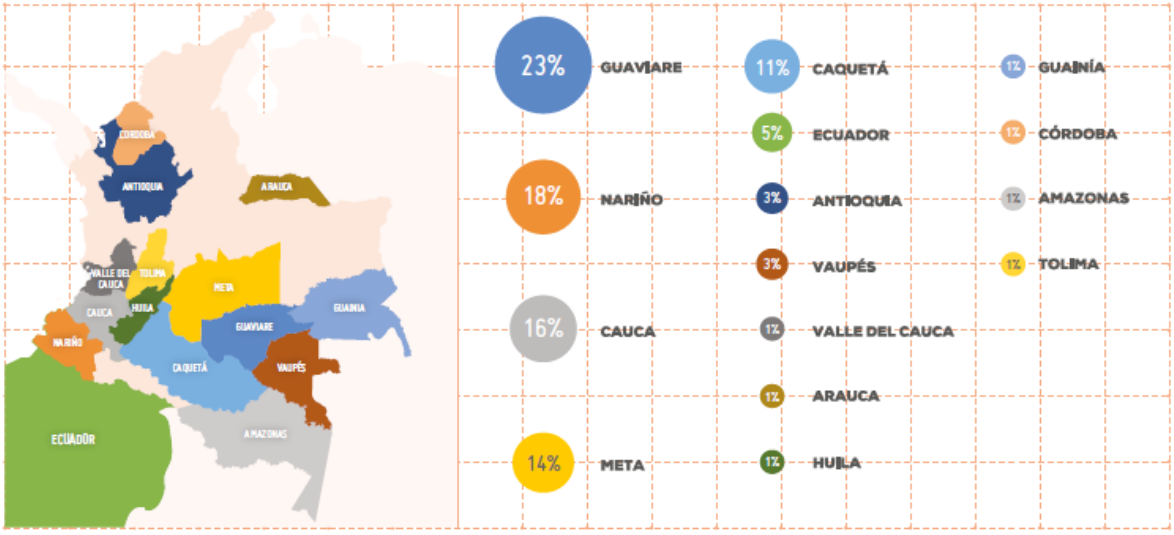


Fonte: Vanegas *et al* (2018)

Continua

Continua

Figura 11 – Porcentagem de ações confirmadas atribuídas às dissidências na Colômbia (por departamento) e Equador – 10/06/2016 a 27/03/2018



Fonte: Vanegas *et al* (2018)

Figura 12 – Ações confirmadas atribuídas às dissidências na Colômbia (por departamento e município) e Equador – 10/06/2016 a 27/03/2018

Fonte: Vanegas *et al* (2018)

Anexo B – VIOLÊNCIA E CRIMINALIZAÇÃO

Figura 13 – Responsáveis por assassinatos

Não é possível exibir este diagrama no momento.

Fonte: Canuto *et al* (2017, p.228)

Figura 14 – Tipologia da violência e da criminalização

Fonte: Canuto *et al* (2017, p.228)

Anexo C – POSIÇÃO DOS DISSIDENTES EM 2017 E POSIÇÕES ANTERIORES DAS FARC

Figura 15 – Posição dos dissidentes em 2017 e posições anteriores das FARC

Fonte: Vanegas *et al* (2018, p.72)

Anexo D – ESTRUTURAÇÃO DO CMA

Figura 16 – Estruturação do CMA para o cumprimento de sua missão institucional

Fonte: Brasil (2016)